



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA**

**O Patrimônio Arquitetônico da imigração europeia: um estudo
de caso na cidade de Mafra – SC**

Thamiris Woehl

Laranjeiras – SE
2025

Thamiris Woehl

**O Patrimônio Arquitetônico da imigração europeia: um
estudo de caso na cidade de Mafra – SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Museologia da Universidade
Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Museologia.
Orientador (a): Prof^a Dra. Sura Souza Carmo

Laranjeiras -SE
2025

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família. À minha mãe Iná que sempre me incentivou e nunca largou minha mão durante a graduação me dando apoio durante esses quatro anos de UFS e Sergipe, além de ter topado me levar nas pesquisas de campo em Mafra. Ao meu pai Martim, que sempre me ajudou e me apoiou na escrita desse trabalho disponibilizando seus livros para a pesquisa. Aos meus irmãos João Leonardo e Luis Cesar que sempre estiveram presentes mesmo longe. Vocês são importantes demais para mim maninhos. A minha cunhada Daiane, por todo apoio e conselhos, principalmente pela ajuda nas pesquisas de campo pela Vila Ivete. Amo todos vocês, obrigada por tudo família.

Aos meus padrinhos tia Joelma e tio Rodrigo que sempre estiveram do meu lado e nunca hesitaram em me ajudar durante as idas e vindas para Curitiba e Mafra. A minha prima Priscila que sempre esteve presente e tirou um tempo para ouvir meus desabafos. Gratidão por ter vocês na minha vida. A minhas primas Fabiola pela parceria de sempre e por me acolher durante as rápidas visitas por Mafra e por estar presente na minha vida mesmo longe, e Heloise que, desde que entrei na universidade, me apoiou e incentivou nas pesquisas construindo uma relação de parceria comigo, obrigada por tudo.

Ao tio Nuccio e tia Gina que me ajudaram no primeiro ano morando em Aracaju e deram apoio durante esses três anos. A Isabela e Lucas que sempre me apoiaram em Aracaju e me incentivaram durante toda a graduação na UFS. Gratidão por tudo, vocês foram essenciais nesse período.

A tia Rosiane por me ajudar nas pesquisas em Mafra, disponibilizando seus livros e fotografias que enriqueceram esse trabalho. A dona Maria Tereza, por ter aberto sua casa e depositado confiança em

mim para pesquisar em seu raríssimo livro sobre a colonização em Mafra. A Elisabete Valério e família Kuhl que me auxiliaram na pesquisa abrindo sua casa para realizar o estudo de campo. Gratidão pela confiança de todos.

Aos meus amigos e familiares de Mafra que mesmo distantes estavam torcendo por mim em Sergipe e sempre se fizeram presentes durante as idas e vindas para Santa Catarina. Sou sortuda por ter vocês na minha vida.

Aos docentes de Museologia da UFS, em especial a minha orientadora Sura, por ter aceitado desde o início me orientar e me dado todo apoio, buscando me ajudar e incentivar. Gratidão prof^a, você se tornou uma amigona para mim. Ao meu professor e orientador PIBIC Romulo, por todo incentivo e por acreditar no meu potencial durante a pesquisa científica. A minha professora conterrânea Rose Elke que me incentivou durante as disciplinas ministradas e fez eu enxergar meu potencial. Obrigada por todos os momentos compartilhados nesses 4 anos.

Aos meus amigos da Museologia que sempre me incentivaram durante a graduação e pesquisa e nunca soltaram a minha mão, mesmo com todas as dificuldades durante a graduação. E aos amigos que fiz durante minha vivência em Sergipe, que foram importantes nessa trajetória.

Gostaria de agradecer a secretaria do turismo de Mafra, Glaucia por disponibilizar materiais e fontes para enriquecer essa pesquisa e pelo interesse em manter viva a cultura mafrense. A arquiteta Sara Heiden, apaixonada pelo patrimônio arquitetônico como eu, buscou me ajudar fornecendo diversas dicas e fontes a qual auxiliou demais minha pesquisa, gratidão Sara - seguimos defendendo o patrimônio de Mafra. Ao professor João Ricardo pela ajuda com as informações sobre o conselho de cultura da cidade.

Por último, gostaria de agradecer a todos que passaram por minha vida durante esses quatro anos de graduação e que trouxeram muitos aprendizados para mim.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar o patrimônio arquitetônico da imigração europeia no Brasil, tendo como estudo de caso a cidade de Mafra localizada no planalto norte de Santa Catarina. Durante o século XIX e XX, diversos grupos de imigrantes europeus desembarcaram no Brasil, se concentrando principalmente na região sul do país, constituindo um vasto patrimônio cultural. A valorização do patrimônio da imigração ocorreu tardiamente no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) devido a escolha dos profissionais do órgão nas primeiras décadas de atuação, pela monumentalidade das edificações históricas do período colonial, sobretudo, do Barroco. O patrimônio da imigração, assim como bens relacionados à contribuição de afrodescendentes e de dos povos originários apenas passaram a ser contemplados a partir dos anos 1980 na política federal de patrimônio. Com uma pesquisa qualitativa e exploratória, o estudo busca investigar o patrimônio arquitetônico da imigração na cidade de Mafra, apresentando as características construtivas dos bens, as ações municipais para preservação patrimonial e a relação dos mafrenses com o patrimônio, reconhecendo a importância da preservação para a identidade cultural do município.

Palavras-chave: Imigração europeia; patrimônio arquitetônico; Mafra.

ABSTRACT

The research aims to analyze the architectural heritage of European immigration in Brazil, using the city of Mafra, located in the northern plateau of Santa Catarina, as a case study. During the 19th and 20th centuries, various groups of European immigrants arrived in Brazil, primarily concentrating in the southern region of the country, creating a vast cultural heritage. The appreciation of immigration heritage occurred late at the National Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN) due to the choices made by the professionals of the agency in the early decades of its operation, which focused on the monumental nature of historical buildings from the colonial period, especially Baroque architecture. The heritage of immigration, as well as assets related to the contributions of Afro-descendants as indigenous peoples, only began to be recognized in federal heritage policy starting in the 1980s. Through qualitative and exploratory research, the study seeks to investigate the architectural heritage of immigration in the city of Mafra, presenting the constructive characteristics of the assets, municipal actions for heritage preservation, and the relationship of the residents of Mafra with their heritage, recognizing the importance of preservation for the cultural identity of the municipality.

Keywords: European immigration; architectural heritage; Mafra.

LISTA DE SIGLAS

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FCC - Fundação Catarinense de Cultura

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MNIC – Museu Nacional de Imigração e Colonização.

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização de Mafra em Santa Catarina.....	29
Figura 2. Casa de madeira na comunidade São Lourenço.	54
Figura 3. Casa de madeira e telhado chanfrado no bairro Vila Nova.....	55
Figura 4. Casa de madeira com o telhado chanfrado no bairro Vila Ferroviária.....	55
Figura 5. Fachada da casa com telhado chanfrado.	56
Figura 6. Salão do Clube Zeppelin localizado no Alto de Mafra.	57
Figura 7. Casa de madeira localizada na comunidade rural Rio Preto.	57
Figura 8. Lateral da casa com a presença de lambrequins.	58
Figura 9. Casa de madeira localizada no bairro Vila Nova.....	58
Figura 10. Pintura ornamental das paredes internas da casa do Rio Preto	59
Figura 11. Pinturas ornamentais na fachada da casa no bairro Vila Nova.....	59
Figura 12. Imóvel de madeira localizado no Centro de Mafra.	60
Figura 13. Lambrequins na lateral do imóvel.....	60
Figura 14. Imóvel de madeira onde funciona a faculdade Unisociesc.	61
Figura 15. Telhado do imóvel com a presença de lambrequins na lucarna.	62
Figura 16. Casa de alvenaria no bairro Vila Nova.....	62
Figura 17. Casa Fritz localizada no bairro Vila Ivete.....	63
Figura 18. Fachada lateral da Casa Fritz.	63
Figura 19. Telhas rabo-de-castor no telhado da Casa Fritz.	64
Figura 20. Imóvel comercial de alvenaria localizado no Alto de Mafra.	65
Figura 21. Imóvel comercial de alvenaria localizado na Avenida Severiano Maia....	65
Figura 22. Casa de alvenaria localizada no Centro de Mafra.	66
Figura 23. Imóvel de alvenaria com o telhado chanfrado no bairro Vila Ivete	66
Figura 24. Imóvel de alvenaria no bairro Vila Ivete.	67
Figura 25. Casa de alvenaria e telhado chanfrado no bairro Vila Nova.	67
Figura 26. Lateral da casa com o telhado chanfrado e lucarna.	68
Figura 27. Imóvel do Arquivo Público de Mafra.	68
Figura 28. Degradação da fachada do imóvel do Arquivo Público de Mafra.	69

Figura 29. Imóvel comercial com a fachada de alvenaria e estrutura de madeira no Alto de Mafra.....	69
Figura 30. Visão lateral do imóvel.....	70
Figura 31. Fachada do imóvel da fábrica de velas Binna.....	70
Figura 32.Visão lateral do imóvel da fábrica.....	71
Figura 33. Casa com a fachada de alvenaria e estrutura de madeira no Centro de Mafra.	71
Figura 34. Edificação do antigo Hotel Excelsior.	72
Figura 35. Detalhes da fachada do antigo Hotel Excelsior.	72
Figura 36. Igreja Ucraniana de Mafra.....	73
Figura 37. Altar da Igreja Ucraniana de Mafra.....	74
Figura 38. Antiga casa da Família Ferreira.....	77
Figura 39. Terreno onde a casa foi demolida.	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Anos de tombamento do patrimônio da imigração pelo IPHAN.	46
Gráfico 2. Situação dos bens da imigração nas ações do IPHAN.	47
Gráfico 3. Cidades catarinenses e a quantidade de bens da imigração tombados pela FCC.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1- A IMIGRAÇÃO EUROPEIA: UMA ANÁLISE DOS FLUXOS IMIGRATÓRIOS NO BRASIL, EM SANTA CATARINA E MAFRA	18
1.1. Imigração para o Brasil	19
1.2. Imigração em Santa Catarina.....	24
1.3. Imigração em Mafra - SC.....	28
CAPÍTULO 2 - O PATRIMÔNIO DA IMIGRAÇÃO NAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS DO BRASIL.....	32
2.1. Políticas patrimoniais no Brasil	33
2.2 O patrimônio arquitetônico da imigração europeia no sul do Brasil	39
2.3. O patrimônio da imigração nas políticas estaduais de Santa Catarina	48
CAPÍTULO 3 - O PATRIMÔNIO DA IMIGRAÇÃO EM MAFRA – SC	51
3.1 As características do patrimônio da imigração em Mafra	52
3.2 A legislação municipal de proteção patrimonial	75
3.3 A relação dos mafrenses com o patrimônio edificado	76
CONCLUSÃO	79
REFEÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	80

INTRODUÇÃO

A imigração de diversas populações europeias para o Brasil, marcaram o século XIX e início do XX. Os fluxos migratórios foram estimulados pelas dificuldades enfrentadas na Europa devido aos conflitos armados que criaram uma crise social e política acarretando a fome e miséria das populações europeias. Com o avanço tecnológico proporcionado pela Revolução Industrial (1760 - 1840), o transporte a vapor que cruzava os oceanos facilitou a saída desses imigrantes que viam o continente americano como uma alternativa para fugir das dificuldades encontradas na Europa. O Brasil foi um dos países que recebeu diversos imigrantes de origem europeia.

A região sul do Brasil foi destino de muitos desses grupos de imigrantes por conta da quantidade de terras devolutas existentes no território, principalmente Santa Catarina, que recebeu grande fluxo populacional no século XIX e XX, principalmente alemães e italianos. O território catarinense faz divisa com os estados do Paraná, ao norte, e Rio Grande do Sul, ao sul. O estado está localizado em uma região de Mata Atlântica, possuindo um vasto litoral, vales, sertões e planaltos. Santa Catarina possui forte influência da cultura dos imigrantes europeus que construíram suas colônias de povoamento e deixaram, atualmente, uma herança cultural que é preservada pela população. No século XVIII, o litoral catarinense foi povoado pelos açorianos que chegaram nos portos de Laguna, Desterro (atual Florianópolis) e São Francisco do Sul, fundando nas regiões litorâneas diversas vilas marcadas pela herança lusitana nas construções e costumes. Somente no ano de 1829 que vieram os imigrantes europeus não lusitanos que iniciaram a colonização das terras interioranas de Santa Catarina, e até o século XX, povoaram todo o território catarinense.

O município de Mafra localizado no planalto norte catarinense recebeu alguns grupos de imigrantes que vieram para Santa Catarina. Situada em uma região de divisa com o Paraná, a cidade faz fronteira com o município de Rio Negro divididas pelo rio Negro. As duas cidades são consideradas irmãs pelas questões históricas acerca das duas localidades. Durante o século XIX, quando a região começa a ser povoada, Mafra era um bairro do município vizinho com seu desenvolvimento atrelado a história paranaense, mas somente em 1917 passou a pertencer ao território

catarinense devido aos acordos firmados entre o estado do Paraná e Santa Catarina nas disputas das terras fronteiriças e com o fim da Guerra do Contestado (1912 - 1916). O município conta com uma área territorial de 1.404,084 km², com uma população estimada de 55.286 pessoas (IBGE, 2025) e está a 294 km de distância de Florianópolis, capital do estado. A cidade é constituída por 22 bairros na área urbana e 51 comunidades rurais.

O patrimônio arquitetônico da imigração no território sul do Brasil, está fortemente presente nos três estados que compõem a região. Observa-se, neste estudo, a partir da análise do patrimônio da imigração europeia, que o povo brasileiro não foi formado apenas por portugueses, povos originários e africanos escravizados como foi disseminado na obra de Gilberto Freyre *Casa Grande e Senzala* (1933)¹, mas por outros grupos étnicos que migraram em grandes fluxos populacionais. A imigração europeia que ocorreu no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, ao formar colônias no sul do Brasil, inseriram seus costumes e tradições que foram herdados e transmitidos até os dias atuais aos seus descendentes, podendo ser observado diversos aspectos culturais nas localidades onde estabeleceram os antigos imigrantes.

Durante a Era Vargas (1930 - 1945), por conta da ideia de nacionalismo perpetuada no Brasil, muitas colônias estrangeiras foram perseguidas e atacadas pelos militares, com censura aos costumes dos imigrantes. Esse período turbulento para os imigrantes coincide com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, que tinha como objetivo a proteção e tombamento dos bens patrimoniais brasileiros, sendo o órgão coordenado, nas primeiras três décadas, por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Caracterizada por alguns estudiosos como fase heroica e de valorização do patrimônio de pedra e cal (Fonseca, 2005), as primeiras políticas de preservação negligenciaram os bens

1 Quando Gilberto Freyre, ao apresentar a formação social do povo brasileiro relata sobre uma miscigenação do país sob diversas influências étnicas, a obra não contempla os imigrantes do século XIX e XX. Apesar de ser uma obra de grande importância para a compreensão da formação do povo brasileiro, sobretudo seu pioneirismo na década de 1930, é necessário salientar que a realidade apresentada no texto condiz com o Nordeste açucareiro e não da formação do povo brasileiro no sul do Brasil.

ligados aos povos originários, negros e imigrantes, impactando na equidade de representação do povo brasileiro por meio das políticas patrimoniais.

O patrimônio do imigrante passou a ser valorizado durante a década de 1980, junto a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) tendo Aloísio Magalhães na direção do SPHAN. Nesse período ocorreu a expansão da noção de patrimônio, ao qual englobou o patrimônio do imigrante como parte dos bens nacionais. No ano de 2007 houve uma expansão na valorização do patrimônio da imigração, pois coincidiu com a criação do projeto Roteiros Nacionais da Imigração, sendo tombados diversos bens arquitetônicos somente no estado de Santa Catarina.

Na Museologia, os estudos sobre o patrimônio da imigração são associados principalmente aos museus sobre a temática, logo que, as investigações são feitas a partir do acervo das instituições e da expografia, e os estudos geralmente são realizados por historiadores que debatem dentro do campo da Museologia. Eloisa Ramos (2008) busca apresentar a importância de museus da imigração para promover a memória do imigrante através das exposições dos objetos. O Museu da Imigração do Estado de São Paulo é a instituição que mais se destaca na abordagem museológica sobre o tema tendo uma gama maior de pesquisas no campo museológico a respeito da imigração, onde se detém tanto em compreender o patrimônio quanto em promover atividades diversas como a gestão das coleções, curadoria e ações educativas (Balaguer, 2023; Victor, 2019; Martins, 2016; Paiva, 2012).

Nos estados da região sul, espaços de memória que salvaguardam os bens do imigrante são encontrados em várias cidades. No Rio Grande do Sul, foram encontrados mais estudos no campo museológico acerca da temática nos museus (Aquino, *et al* 2019; Gevehr, *et al* 2016; Gehrke, 2018). No Paraná e Santa Catarina, a produção no campo da Museologia é bem menor, não havendo uma quantidade significativa de investigações que relacionam museus e imigração. Em Santa Catarina, na cidade de Joinville, localizado na antiga colônia Dona Francisca, encontra-se o Museu Nacional da Imigração e Colonização, que tem como objetivo apresentar os imigrantes que fundaram a cidade. Machado e Corrêa (2014) realizam uma análise a respeito do acervo da instituição e os apagamentos que surgem nas narrativas do Museu Nacional da Imigração e Colonização.

Diego Machado (2019) atentou-se em trazer como foi a consolidação do Museu Nacional de Imigração e Colonização abordando sobre as principais discussões desde a criação da instituição. O museu, em Santa Catarina, foi uma das primeiras instituições museológicas reconhecidas pelo IPHAN onde possui uma relevância de estudos a respeito do patrimônio do imigrante europeu (Pereira e Costa, 2021). No Paraná, as autoras Sandra Guedes e Gina Issberner (2017), realizam uma investigação no Memorial de Imigração Polonesa, na capital Curitiba, que ganha destaque por ser uma instituição que preserva a memória e os registros dos Poloneses no estado do Paraná.

Com isso, a pesquisa torna-se relevante para a Museologia por ser um estudo que aborda uma região onde não há concentração de estudos sobre patrimônio da imigração, observando ainda a pequena quantidade de investigações da Museologia a respeito desta tipologia de patrimônio. Observa-se que é necessário um estudo que apresente uma identificação das regiões que contém tais bens e onde reconhece que o imigrante representa uma parcela da sociedade brasileira, onde seus costumes e tradições fazem parte da identidade nacional. Portanto, há estudos relacionados à imigração no campo da Museologia, entretanto, há regiões que ainda não tiveram seus processos de musealização e/ou patrimonialização², realizados pelas comunidades, descritos em pesquisas científicas.

A escolha do tema se dá pelo fato de perceber uma timidez de estudos referente ao patrimônio da imigração no Sul na Museologia, e uma dificuldade de reconhecer esses bens como patrimônio nacional. Além disso, com as ações de tombamento “tardias” muitos exemplares do patrimônio dos imigrantes não existem mais pela falta de valorização e pesquisa, inclusive na cidade de estudo deste trabalho. Com isso, uma investigação a respeito do patrimônio, possibilita o conhecimento dos mesmos e podem surgir iniciativas e projetos de valorização do patrimônio na cidade de Mafra e região. Por último, há ainda a motivação pessoal,

2 A partir da afirmação de Desvallès e Mairesse (2013, p. 254) de que “tudo que é musealizado é patrimonializado, mas [nem] tudo que é patrimonializado não é musealizado” compreendemos, neste estudo, bens musealizados em museus e instituições culturais como valorização do patrimônio da imigração.

primeiramente, por ser descendente de imigrantes que no final do século XIX chegaram no estado de Santa Catarina e que em Mafra se estabeleceram. Além disso, a vivência com esse patrimônio desde a infância no município de Mafra, observando o desprezo das políticas públicas com relação ao patrimônio cultural da cidade, foi uma motivação para a pesquisa. Com os estudos do patrimônio no campo da Museologia, houve um interesse em investigar minha cidade natal e sua relação com o patrimônio dando ênfase aos imigrantes que contribuíram para a formação da cultura mafrense.

A pesquisa se caracteriza por ser qualitativa, exploratória, ancorando-se no levantamento bibliográfico, documental e na investigação *in loco*. Segundo Arilda Godoy, a pesquisa qualitativa abarca “a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos” (Godoy, 1995, p. 58). Sobre o método qualitativo, é necessário pontuar, conforme Medeiros, Varela e Nunes (2017, p. 177) que a abordagem é “[...] flexível, mas não significando ausência de rigor metodológico” salientando ainda que o método “demonstra a complexidade existente ao se pesquisar o social, haja vista que é preciso saber se adaptar ao contexto e daí extrair análises pertinentes”. Para Tatiana Gerhardt e Denise Silveira (2009, p. 33) a pesquisa qualitativa “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.” Godoy (1995) ainda apontou três possibilidades na pesquisa qualitativa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.

Sobre a pesquisa bibliográfica, João Fonseca salientou que é realizada a partir do “levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” argumentando ainda que “qualquer trabalho científico se inicia com uma pesquisa bibliográfica, que permite o pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (Fonseca, 2002, p.32). Para Medeiros (2000, p.40-42), a pesquisa bibliográfica compreende a “escolha do assunto, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação, redação”. No levantamento bibliográfico foram levantados artigos, livros, dissertações e teses que discorrem sobre patrimônio, imigração europeia no sul do país, história da cidade de

Mafra e principalmente sobre patrimônio da imigração. Vale ressaltar ainda nesta metodologia que a pesquisa documental, algumas vezes erroneamente confundida com a bibliográfica, permite uma maior possibilidade de informações por ser oriundas de fontes diversificadas, que não tiveram um tratamento analítico como “tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.” (Fonseca, 2002, p.32).

As principais fontes documentais são livros da biblioteca municipal de Mafra, fotografias, jornais e artigos do arquivo da Hemeroteca digital catarinense. Por último, a investigação *in loco*, ou pesquisa de campo, a ser realizada na cidade de Mafra. De acordo com Gonsalves (2001, p.67), a pesquisa de campo “é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada” salientando que a mesma “exige do pesquisador um encontro mais direto” com o objeto de estudo pois “o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas”.

Atualmente, há diversos estudos referentes ao patrimônio cultural do Brasil ressaltando a importância da preservação para a história do país, contudo, a presença de pesquisas sobre o patrimônio vinculado aos imigrantes europeus dos séculos XIX e XX são escassas no campo da Museologia e do Patrimônio. Este número reduzido de estudos possivelmente relaciona-se à ausência, durante décadas, de tombamentos relacionados à imigração pelo IPHAN e pela maior afeição dos intelectuais vinculados ao órgão em eleger a arquitetura colonial, sobretudo o Barroco, como um símbolo do patrimônio nacional (Gonçalves, 1996; Fonseca, 2005, Chuva, 2009). A fim de se demonstrar a importância do estudo para o campo da Museologia e do Patrimônio, em uma análise preliminar, foi observado que os campos da História e Antropologia foram os que desenvolveram mais pesquisas relacionadas a imigração no Brasil.

Este trabalho de conclusão de curso está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado *A Imigração Europeia: uma análise dos fluxos migratórios no Brasil, em Santa Catarina e Mafra*, aborda sobre o histórico da imigração europeia para o Brasil analisando as iniciativas governamentais para a introdução dos imigrantes com ênfase no estado de Santa Catarina com o recorte para a cidade de Mafra (SC).

O segundo capítulo intitulado *O Patrimônio da Imigração nas Políticas Patrimoniais do Brasil* busca apresentar as políticas de preservação no Brasil e a preservação dos bens dos imigrantes nas iniciativas de tombamentos em nível federal e estadual com uma análise voltada às ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da Fundação Catarinense de Cultura (FCC).

O terceiro e último capítulo intitulado *O Patrimônio da Imigração em Mafra*, vai se debruçar em analisar as características do patrimônio arquitetônico da imigração na cidade de estudo, as iniciativas tomadas pelo poder público municipal apresentando as iniciativas e legislações desenvolvidas para preservação patrimonial e a relação da população mafrense com o patrimônio edificado.

CAPÍTULO 1- A IMIGRAÇÃO EUROPEIA: UMA ANÁLISE DOS FLUXOS IMIGRATÓRIOS NO BRASIL, EM SANTA CATARINA E MAFRA

A Europa, durante o século XIX, passou por diversas mudanças políticas e econômicas que impactaram a sociedade. Essas mudanças acabaram influenciando na imigração em massa de diversos povos que viviam no continente europeu. A ocorrência de disputas territoriais entre os países europeus, como a unificação da Itália e da Alemanha, fez com que diversos povos optassem pela imigração devido aos conflitos armados (Petrone, 1982, p.9). As populações que viviam no campo eram obrigadas a migrar para as cidades por conta do avanço tecnológico ocasionado pela Revolução Industrial. Sobre a questão, de acordo com João Klug (1991, p.7), houve um empobrecimento das famílias de muitos países pois “com o final das guerras napoleônicas, o artesanato rural entrou em crise, pois os produtos industriais ingleses voltaram a ser comercializados na Europa, com o fim do bloqueio continental.” O êxodo rural e a superlotação dos centros urbanos, impactou na sobrevivência dos europeus que viam o continente americano como uma oportunidade de viver com dignidade. Os países que mais receberam correntes imigratórias foram os Estados Unidos, Argentina e Brasil - destino de diversos grupos populacionais (Gonçalves, 2008).

As propagandas imigracionistas e a facilidade de locomoção para a América, fizeram com que diversos povos viessem se estabelecer nas terras americanas. Segundo o IBGE (2000) no Brasil, entre 1884 e 1949 um total de 4.630.693 imigrantes com nacionalidades distintas desembarcaram no país, tendo em maiores números alemães e italianos, porém, houve a vinda em menores números de espanhóis, portugueses, holandeses, poloneses, russos, ucranianos, entre outras nacionalidades.

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma abordagem histórica sobre a imigração para o Brasil com foco na região sul, compreendendo os interesses que levaram o governo a investir nas correntes imigratórias de europeus. Ainda, será apresentado a imigração no Estado de Santa Catarina com recorte para o município de Mafra.

1.1. Imigração para o Brasil

Durante o século XIX e o início do XX diversos grupos de imigrantes europeus desembarcaram no Brasil buscando novas oportunidades no território brasileiro. Houve dois momentos da imigração no Brasil. O primeiro ocorreu entre 1815 e 1880, quando foram trazidos grupos de famílias oriundas das regiões do Norte e Nordeste europeu, imigrando, em sua maioria, indivíduos de regiões que hoje compõem a Alemanha. Segundo Ferreira (2019, p.80) a segunda onda de imigrantes ocorreu entre 1881 e 1914 quando “predominou a imigração dos europeus do Sul (Itália, Portugal e Espanha) e do Leste (Áustria, Hungria, Polônia e Rússia)”. Devido ao processo de unificação dos reinos na Europa, alguns países não existiam, e com isso, alguns imigrantes foram registrados com outras origens nas estatísticas brasileiras:

Muitos imigrantes classificados como austríacos eram italianos do Norte da Itália, de uma região sob o domínio político do Império austro-húngaro; da mesma forma, a designação russos [...] possivelmente incluía os poloneses que chegaram, em número significativo a partir de 1890, e não constam nas estatísticas oficiais porque não existia o Estado polonês (Seyferth, 2012, p.14).

Paulo Gonçalves (2008, p.136) aborda que durante o século XVIII a coroa portuguesa, já estaria investindo na imigração de europeus para o Brasil visto que

“[...] elaboram-se algumas provisões régias relativas à imigração de açorianos³ para o Brasil, como a de 9 de agosto de 1747, que mandou conduzir 4 mil casais para onde ‘fosse mais preciso, e conveniente povoarem-se logo’”.

No ano de 1808, o Brasil enfrentou algumas mudanças políticas que colaboraram com a imigração em massa para a colônia. Devido à transferência da capital para o Rio de Janeiro e chegada da corte portuguesa no Brasil, a colônia passaria por mudanças, pois a abertura dos portos já era um sinal de que o sistema colonial⁴ estava em declínio. A elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves já era uma demonstração de que o novo país americano estava se forjando. Uma verdadeira propaganda do Brasil foi feita na Europa, pois artistas como é o caso de Debret, usaram seu imaginário para documentar o cotidiano do Brasil e o apresentar nos países europeus, principalmente de origem germânica, devido a boa relação de D. João VI com esses países (Debret, 1971). O governo de D. João VI (1808 - 1821) no Brasil, garantiu mudanças com relação ao comércio internacional, abrindo os portos brasileiros. No mesmo período surge o Decreto de 25 de novembro de 1808, que visava a concessão de sesmarias aos estrangeiros que viviam na colônia (Brasil, 1808). O objetivo com o decreto era o aumento da população e das lavouras no Estado:

Açorianos e suíços foram os primeiros trazidos por ordem oficial, culminado com as medidas adotadas por D. João VI, que refletiam o interesse da coroa em incentivar a emigração europeia para o Brasil. Com isso, o monarca pretendia ocupar, fazer produzir e valorizar as terras despovoadas, instalar uma policultura que abastecesse as cidades e os latifúndios escravistas e ainda garantir a ocupação de áreas próximas das fronteiras e proteger terras de ataques de índios. (Gonçalves, 2008, p.136).

Durante o primeiro reinado (1822 - 1831) acreditava-se que a imigração iria garantir a modernização e desenvolvimento da colônia. O governo de D. Pedro I começou um investimento excessivo patrocinando a vinda de imigrantes e formando núcleos coloniais, em maiores números nas terras do sul pois “[...] havia terras devolutas em abundância, a densidade populacional era baixa e havia contenciosos fronteiriços, sobretudo com a Argentina” (Seyferth, 2008, p.7). Os

3 Os açorianos foram populações que viviam no Arquipélago dos Açores pertencente a Portugal. Segundo Piazza (1989) o estímulo para a imigração dos açorianos se deu por fatores ambientais, superlotação e questões econômicas, gerando a escassez de comida e miséria pelo território.

4 Sistema caracterizado pela dominação e exploração da metrópole sob a colônia ocorrendo subordinação econômica e política. Sistema aplicado às colonizações na América desde o século XVI, entra em crise devido ao Iluminismo e Revolução Francesa, culminado em lutas por independência em diversas colônias.

objetivos governamentais da imigração europeia era a instalação de pequenas propriedades nas terras consideradas devolutas para povoamento e sustento da colônia a partir da policultura:

O imigrante europeu, instalado em pequena propriedade, deveria constituir-se no agente modernizador e transformador da sociedade e da economia brasileira. Com experiências agrícolas e de criação de gado diferentes, com técnicas artesanais novas, com hábitos de vida outros que os das populações existentes, esperava-se que o imigrante contribuísse para tirar o país da situação de atraso a que o sistema colonial tinha relegado. (Petrone, 1982, p.18).

Outro objetivo do governo brasileiro, ao investir na imigração estrangeira na região sul, era a militarização, pois devido a conflitos que o país recém independente estava passando era necessário proteger as fronteiras e ocupar o território. Desse modo, para Ferreira (2019, p.25), “nas primeiras décadas do século XIX, a política de imigração e povoamento do Brasil, estava, em parte, associada à inteligência estratégica de defesa da unidade territorial e independência do país.”

A chegada do povo germânico as terras do sul, marcou o início da criação de núcleos coloniais pelos sertões do território. No ano de 1824, fundou-se a colônia São Leopoldo localizada no Rio Grande do Sul, atual município de São Leopoldo, a primeira de imigrantes europeus de origem germânica:

A 25 de julho de 1824 foi fundada a “Colônia Alemã São Leopoldo”. Os primeiros colonos estabelecidos nessa colônia foram recrutados na Alemanha pelo Major Georg Anton von Schäffer, que, em nome do governo brasileiro, ofereceu aos imigrantes alemães as seguintes vantagens: pagamento das passagens e despesas de viagem; liberdade de culto; direito a cidadania brasileira; diárias no valor de 160 réis durante o primeiro ano e de 80 réis no segundo ano; livre propriedade de um terreno de 160 mil braças quadradas (77 hectares); cavalo, bois, vacas e porcos em quantidade proporcional ao tamanho da família; isenção de impostos e de prestação de serviços militar durante dez anos. Em contrapartida, impunha-se uma única condição aos colonos: a inalienabilidade de suas terras durante os primeiros dez anos (Ferreira, 2019, p.25)

Devido ao sucesso da colônia São Leopoldo, mais tarde investiu-se em outros núcleos para povoamento do território interiorano da região sul. No ano de 1829, surge as colônias São Pedro de Alcantara em Santa Catarina, e a colônia Rio Negro no Paraná, ambas constituídas por populações germânicas. Esses primeiros colonos viviam sobretudo da lavoura de subsistência.

No governo de D. Pedro II (1840 - 1889) houve o maior registro da chegada de imigrantes de origem europeia, principalmente de italianos, onde se intensificou o patrocínio das viagens e instalações dos emigrados. As pressões externas para fim

do tráfico negreiro impactaram na mão de obra nas fazendas, fazendo com que diversos fazendeiros, donos de latifúndios, vissem o imigrante europeu como uma alternativa para suprir a demanda de trabalhadores para as lavouras:

Desde a década de 1840, já era sensível a movimentação entre os cafeicultores para aproveitar os imigrantes até então procurados para os projetos colonizadores governamentais. A política imigratória do governo, baseada na colonização em pequenas propriedades policultoras, é então firmemente redirecionada para atender prioritariamente às necessidades da grande propriedade, e especificamente do latifúndio cafeicultor” (Mesquita, 2000, p.26).

Devido a esse fator, surge o Sistema de Parceria (1847 - 1857), uma ação idealizada pelos fazendeiros paulistas, que tinham por objetivo estabelecer uma relação conjunta com os emigrados, a partir da contratação, dividindo os lucros gerados pela produção e venda dos produtos da grande fazenda (Ferreira, 2024). A primeira experiência desse sistema foi realizada pelo senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, na fazenda Ibicaba, onde contratou imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras de café, substituindo o trabalho escravo. Realizando propagandas para atrair imigrantes, os fazendeiros patrocinavam as viagens e instalações para os recém-chegados no Brasil. Thomas Davatz, narrou em seu livro *Memória de um Colono no Brasil* como era o sistema de parceria entre os imigrantes:

Os colonos que emigram, recebendo dinheiro adiantado tornam-se, pois, desde o comêço, uma simples propriedade de Vergueiro & Cia.. E em virtude do espírito de Ganância, para não dizer mais, que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver esses colonos na província de São Paulo, só lhes resta confirmarem-se com a ideia de que são tratados como simples mercadorias [...]” (Davatz, 1941, p.72)

Mais tarde, a criação pelo governo da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como *Lei de Terras*, tornou proibida a concessão de sesmarias, sendo possível a aquisição dos lotes apenas por compra. Esse fato fez com que empresas de colonização adquirissem as terras e criassem núcleos coloniais de imigrantes europeus:

A Lei de Terras de 1850 criou amparo jurídico aos particulares e companhias de colonização interessadas em empreender no Brasil. Na década de 1850, foram promulgados diversos decretos autorizando o funcionamento de empresas estrangeiras de colonização no Brasil, assim como foram aprovados contratos e feitas concessões a empreendedores individuais e sociedades privadas, nacionais e estrangeiras, para organização de núcleos coloniais no país. Com efeito, no decênio 1851 - 1860 foram criadas 105 colônias no Brasil, sendo 98 particulares. Antes entre 1822 e 1850, haviam sido constituídos 31 núcleos coloniais no país, dos quais menos da metade pertencia a particulares” (Ferreira, 2019, p.44).

Outro fator que impulsionou a imigração durante o segundo reinado, foi a crença da elite brasileira que acreditava ser necessário branquear a sociedade investindo na vinda dos imigrantes de origem europeia: “[...] trazer imigrantes europeus, no duplo intento de promover o acréscimo de novas áreas ao ecúmeno nacional, com o seu aproveitamento econômico, e de injetar sangue europeu na composição racial de nossa população” (Mesquita, 2000, p.28). Baseado nas teorias raciais⁵ e nas ideias positivistas⁶, para a elite brasileira a presença de imigrantes europeus era uma forma de civilizar⁷ a sociedade brasileira, aderindo à cultura europeia.

Durante o século XX, em decorrência da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918) houve um aumento na quantidade de emigrados para o Brasil. O governo brasileiro instituiu legislações para controle da imigração no país com “mudanças instituídas no processo migratório” por meio de “alterações e restrições” que favoreceram “a entrada de emigrante agricultor” (Sikora, 2014, p.57) Os imigrantes que vieram nesse período ao Brasil, se estabeleceram nas colônias já fundadas, surgindo poucos núcleos de povoamento. Anos mais tarde, na década de 1930, durante a Era Vargas (1930 - 1945), devido às políticas nacionalistas adotadas pelo regime autoritário, acreditava-se que o imigrante europeu era uma ameaça a nação brasileira:

Aí está a categoria mais extrema de exclusão: na campanha de nacionalização, a categoria alienígena foi atribuída a estrangeiros e a descendentes de imigrantes não assimilados, portanto, desprovidos da própria condição de nacionalidade brasileira. O “abrasileiramento” forçado durante o Estado Novo, com intervenção direta, inclusive das forças armadas, nas organizações comunitárias étnicas, baseava-se no mesmo princípio de

5 As teorias raciais tinham como crença a separação da espécie humana em raças havendo uma hierarquização entre raças inferiores e superiores. Segundo Lilia Schwarcz (1993) no Brasil as teorias foram disseminadas para alegar a escravidão da população negra marginalizando-os. No Brasil as teorias raciais tiveram grande aceitação entre a segunda metade do século XIX e primeira três décadas do século XX.

6 É uma corrente teórica que tem como crença que o conhecimento científico é único e legítimo. O Positivismo influenciou na mentalidade da sociedade brasileira em diversas ações de segregação racial devido ao uso do racismo científico para respaldar ações do governo e sociedade.

7 Atrelada às teorias raciais, havia a crença de que existiam povos civilizados e outros não. No século XIX, se compreendia a civilização como o desenvolvimento social e intelectual dos povos seguindo como padrão o modelo europeu. Como no Brasil havia uma grande quantidade de populações negras, houve o discurso de que era preciso civilizar seus costumes, visto que os africanismos eram um entrave à civilização.

“segurança nacional” que orientou a exclusão de imigrantes por motivos raciais e políticos (Seyferth, 2008, p.16).

A perseguição aos imigrantes de origem europeia, impactou a vivência nas colônias estrangeiras. Giralda Seyferth (2011, p.53) ao analisar a fundação das colônias do Vale do Itajaí, aborda sobre os elementos culturais desenvolvidos nas regiões das imigrações e o processo de xenofobia que os imigrantes sofreram: “[...] a diferença incômoda estava na língua, nas casas, nos cemitérios, nas ruas batizadas com nomes estranhos, na circulação de um número excessivo de bicicletas, nas igrejas, no comportamento público das mulheres casadas, em toda parte” (Seyferth, 2011, p.53). A autora ainda retrata que o governo brasileiro, teve como objetivo abrasileirar as colônias de imigrantes e com isso impactou a cultura local devido a proibição de práticas cotidianas trazidas de seus países de origem.

1.2. Imigração em Santa Catarina

Considerando o contexto político, econômico e social da província de Santa Catarina (1821 - 1889), as motivações que levaram o governo brasileiro estimular a vinda de imigrantes europeus no território, estão relacionadas a ocupação da terra, a produção de alimentos e muito incipientemente a exploração de riquezas naturais, como por exemplo, a erva mate e a madeira da araucária e imbuia que passaram a ser exploradas mais intensamente alguns anos mais tarde. Diante deste contexto, convém destacar algumas características marcantes relacionadas a imigração em Santa Catarina como, por exemplo, a miscigenação racial, arquitetura similar à europeia, modos de trabalho e a cultura como um todo da região. Segundo Oswaldo Cabral (1937) o povoamento de Santa Catarina iniciou-se pela costa durante o século XVIII, porém ficou restrito ao litoral. O marco desse período foi o desembarque de imigrantes açorianos nos principais portos de Santa Catarina, o porto de Desterro, Laguna e São Francisco (Cabral, 1937).

As colônias açorianas, tiveram êxito nas regiões litorâneas do território catarinense onde os imigrantes construíram suas vilas de povoamento. Piazza (1983, p.140) aborda sobre o objetivo político de investir na vinda de Açorianos salientando que “[...] a ocupação dos territórios fronteiriços despovoados com gente de origem lusitana” ocorreu para “evitar qualquer reclamação territorial futura, por parte da Espanha.” Porém, outros grupos de estrangeiros desembarcaram em Santa Catarina:

“Francezes, belgas, ingleses [...] as colônias que fundaram, em pouco tempo se extinguiram” (Cabral, 1937, p.122).

As grandes imigrações de europeus para o Brasil, ocorreram com mais intensidade no século XIX devido às pressões políticas e econômicas na Europa. Nesse período, Santa Catarina recebeu diversos grupos de imigrantes de origem europeia, que construíram seus núcleos coloniais pelo território, habitando os sertões catarinenses e implantando a pequena propriedade rural. Segundo Seyferth (2013, p.85) “o fundamento desse modelo era a pequena propriedade familiar destinada a imigrantes europeus” especificando que “o núcleo devia ser constituído por um lugar delimitado para ser um povoado e ponto de partida para demarcação” das “linhas coloniais”⁸ e seus respectivos “lotes rurais”.

É importante ressaltar que antes do desbravamento do território, as terras eram ocupadas pelos povos indígenas: “[...] o Guarani na faixa litorânea do estado, o povo Kaingang predomina no Oeste catarinense e o povo [...], denominados Xokleng/Laklãnõ, que habita o Vale do Itajaí e Planalto Norte de Santa Catarina” (Buba e Paula, 2016, p.71). Carlos Carola (2010, p.557) ao abordar sobre a presença indígena e o processo de colonização afirma que: “[...] os indígenas são retratados como bugres, ferozes e perigosos, e sempre no sentido de demonstrar que os ataques estavam comprometendo o sucesso da colonização e ameaçando a vida dos ‘pobres colonos’”. Devido a ocupação territorial indígena, o governo investiu em companhias para proteção dos colonos e extermínio dos povos originários “procurando afastá-los, seja por meio da catequização, ou da fuga para outros lugares, ou até mesmo pelo assassinato” (Buba e Paula, 2016, p.74). Seyferth (2012, p.16) afirma que devido a marginalização dos indígenas e caboclos no território da região sul cria-se “[...] a categoria colono ao imigrante, pressuposto que perdura até hoje na conformação (simbólica) das identidades étnicas.”

Devido às ações de D. Pedro I para colonização das terras consideradas devolutas no meridional sul, foram fundados os primeiros núcleos catarinenses, sendo

8 Linhas coloniais eram as divisões dos lotes pelo Governo onde concediam as terras devolutas aos colonos ou para as empresas de colonização. Giralda Seyferth (1996) ao abordar sobre as linhas coloniais na região sul, aponta as dificuldades no processo de posse dos loteamentos como: a má qualidade da terra e o tamanho dos lotes, dificuldade na quitação de dívidas e atraso nos títulos de propriedade, conflitos entre as demarcações das terras.

dividido em dois momentos. A primeira fase de colonização ocorreu entre 1824 e 1830. A colônia São Pedro de Alcântara, fundada em 1829, foi o primeiro núcleo colonial de imigrantes não lusitanos em Santa Catarina:

A colônia de São Pedro de Alcântara foi fundada na antiga estrada que ligava Lages a Florianópolis. Essa Estrada começou como um caminho aberto em 1787 por Antônio José da Costa e mais dois homens armados, 12 escravos e mais sete bestas de carga. O caminho seguia pela margem esquerda do rio Maruim e depois pela mata virgem subia a serra até Lages (Schürhaus, 2007, p.5)

A colônia São Pedro de Alcântara marca a instalação dos imigrantes germânicos em Santa Catarina, porém a terra doada pelo governo brasileiro era de má qualidade impactando na produção de insumos da província, “[...] estes imigrantes em pouco tempo estavam se retirando, a procura de terras mais propícias, deixando a colônia abandonada a sua própria sorte” (Klug, 1991, p.9). Outra colônia que surgiu nesse primeiro período das correntes imigratórias, foi a Colônia Nova Itália com populações vindas da Ilha da Sardenha. Essa colônia teve a direção de uma empresa privada a qual, por dificuldade na gestão, não teve o sucesso esperado. Porém Piazza e Hübener (1989, p.59) afirmam que “A colônia vai servir, mais tarde, de apoio entre as colônias São Pedro e Blumenau, já na década de 1860.”

A segunda fase de colonização de Santa Catarina com imigrantes europeus ocorreu entre 1850 e 1871, sendo fundada as mais importantes colônias estrangeiras do Estado. Em 1833, a província de Santa Catarina cria o distrito de Itajaí: “nas terras da bacia do Itajahy, que se fundaram as mais importantes colônias estrangeiras de Santa Catarina” (Cabral, 1937, p.128). A que mais se destacou foi a colônia germânica Blumenau, fundada em 1850, localizada no vale do Itajaí, nas margens do rio Itajaí-açu. A colônia foi um empreendimento de Hermann Blumenau que adquiriu terras devolutas para instalação de um núcleo colonial de imigrantes alemães. Piazza e Hübener (1989, p.72) descreveram a profissão desses imigrantes: “[...] havia agrimensor, carpinteiro, marceneiro, charuteiro, funileiro, ferreiros e dois lavradores”. O sucesso econômico de Blumenau, trouxe o reconhecimento do núcleo como um dos mais notáveis da região do Vale do Itajaí, porém outras colônias de estrangeiros surgiram nessa mesma localidade como apresenta Cabral (1937, p.143) “Blumenau, Brusque, Itajahy, dentre as primeiras, Hammonia, Rio do Sul, Gaspar, Indayal, Timbó, dentre as últimas.” O vale do Itajaí não foi formado apenas por imigrantes alemães, pois anos mais tarde vieram outros povos para a região como os italianos (1875) e os poloneses (1871).

A colônia Dona Francisca, atual município de Joinville, foi um dos principais núcleos coloniais de Santa Catarina. Localizada ao norte, foi estabelecida nas terras que eram dotes que o Príncipe de Joinville recebeu pelo casamento com a princesa Francisca Carolina, conhecida como Dona Francisca: “[...] nos confins da Bahia Babitonga, em 1851, installou-se mais uma colonia formada de immigrants alemães, à qual foi dado o nome de D. Francisca” (Cabral, 1937, p.152). A colônia teve a atuação da Sociedade Colonizadora de Hamburgo que atraiu imigrantes alemães, suíços e noruegueses para a localidade:

Em 9 de março de 1851, chegaram ao núcleo colonial 118 imigrantes, 43 alemães e 75 suíços, a maioria lavradores, camponeses pobres, alguns deles deportados de suas comunidades de origem. No mesmo dia, desembarcaram, vindos do Rio de Janeiro, noruegueses, que originalmente migraram para os Estados Unidos, mas, devido a avarias em sua embarcação, resolveram seguir do Rio para Dona Francisca. Com a chegada desses 192 colonos, foi, então, oficialmente inaugurada a Colônia Dona Francisca.” (Ferreira, 2019, p.145)

Com o desenvolvimento econômico próspero da colônia e a extração dos recursos naturais, o governo provincial catarinense decidiu abrir, na década de 1870, uma estrada conhecida atualmente como *Estrada Dona Francisca*. O objetivo com a abertura era que “[...] entre São Bento a Rio Negro estabeleceria uma ligação direta entre Joinville e as regiões produtoras de erva-mate de Santa Catarina e Paraná, um dos principais produtos de exportação dessas províncias no século XIX” (Ferreira, 2019, p.212). Devido a abertura da estrada, foi possível acessar o planalto norte catarinense surgindo as primeiras colônias da região.

A década de 1870 marcou a ampliação dos núcleos de imigrantes, principalmente de italianos, que se estabeleceram da seguinte forma:

[...] numa movimentação consequente o afluxo de grande massa de colonos italianos para o vale do Tubarão, a partir de 1877, e daí passo a passo, a transposição para outros vales do sul-catarinense, dando-lhe a composição populacional de origem itálica, com expansão para os vales do Urussanga, do Mãe Luzia e, finalmente, do Araranguá (Piazza, 1983, p.374).

A colônia Lucena, atual município de Itaiópolis no planalto norte do estado, foi um núcleo formado por imigrantes poloneses e ucranianos. A presença dos poloneses em Santa Catarina é marcante principalmente na região de divisa com o Paraná. Piazza (1983, p.388) narra a trajetória polonesa em Santa Catarina:

[...] foram localizados em terras catarinenses, inicialmente, na região sul, nos vales do Urussanga, do Tubarão, do Mãe Luzia e do Araranguá, depois, nos vales do Itajaí e do Itapocu, subiram a Serra do Mar e pela expansão da Colônia “Dona Francisca”, alcançaram São Bento e adjacentes.

O autor apresenta que alguns imigrantes chegavam pelo porto de Paranaguá, no Paraná, foram enviados pelo governo do estado para vila Rio Negro, onde eram direcionados para colônia Lucena, a qual foi emancipada no ano de 1896 (Piazza, 1983).

Foram abordadas apenas as principais colônias de imigrantes de Santa Catarina, onde criou-se núcleos pelo território, contendo diversos povos presentes nelas. Cabe ressaltar que com o passar do tempo, diversas eram as origens dos imigrantes dessas colônias fundadas, ou seja, não havia apenas um povo e sim uma mesclagem das etnias dessas populações. O Estado de Santa Catarina é composto por diversas culturas que marcam sua diversidade cultural. Devido ao processo de colonização instaurado pelo governo brasileiro e pelos grandes contingentes de populações de imigrantes europeus que se estabeleceram pelo território, o estado é marcado pela predominância cultural dos povos europeus. Mas é importante ressaltar que Santa Catarina é composta por diversas culturas como a indígena, quilombola, cabocla, porém a europeia se destaca devido ao contexto histórico do estado.

1.3. Imigração em Mafra - SC

A cidade de Mafra, localizada no planalto norte de Santa Catarina, está em um território de divisa com o estado do Paraná (figura 01). A sua história está atrelada ao município vizinho Rio Negro (PR), pois o território mafrense pertencia ao mesmo durante o século XIX, sendo um bairro de Rio Negro. Durante o século XVIII, antes da chegada dos imigrantes, o território era povoado por indígenas: “[...] predominavam as nações indígenas da família ‘jê’, os inamistosos xokleng e kaingang, denominados botocudos” (Medeiros e Onírio Junior, 2017, p.13). No início do século XIX, a localidade serviu como caminho dos tropeiros, que utilizavam do lado esquerdo do Rio Negro para descansarem das longas viagens que faziam entre São Paulo e Rio Grande do Sul. Solicitaram a D. João VI a abertura de uma estrada para facilitar a passagem das tropas, e com isso inicia-se no ano de 1826: “quando as capitanias passaram a ser consideradas Províncias, foi determinado pelo Consêlho do Govêrno que se procedesse à abertura da estrada, denominada da Mata e que se fundasse uma povoação nesta estrada” (Dequech, 1967, p.5).

Figura 1. Localização de Mafra em Santa Catarina



Fonte: Wikipédia, 2025.

Com a abertura da Estrada da Mata, inicia-se a chegada de pequenos grupos para povoar a região onde segundo Napoleão Dequech (1967, p.6) “[...] estabeleceram-se nas margens do rio São Lourenço, nas proximidades da atual cidade de Mafra, onde construíram o ‘Abarracamento de São Lourenço’ em 1826”. Devido a construção desse abarracamento militar, surgiram as primeiras casas construídas por famílias de militares e caboclos, os quais auxiliaram no desenvolvimento da localidade conhecida como “Curralinho”, sendo onde iniciou o povoamento dos municípios (Medeiros e Onório Junior, 2017, p.16). Anos mais tarde, o povoamento foi se intensificando as margens do rio, onde foi fundada a cidade de Rio Negro com a atuação de João da Silva Machado, conhecido como Barão de Antonina: “A ele devemos, também, a fundação da Cidade de Rio Negro. É que se empenhou a conseguir fixar às margens do rio desse nome, a leva de imigrantes alemães” (D’Almeida, 1976, p.28).

A imigração no território pertencente aos dois municípios foi idealizada com o objetivo de colonização e povoamento da região, para fins de desenvolvimento regional. Petrone (1982, p.79) afirma: “Até o fim do império, o Paraná, que até 1853, pertenceu a São Paulo, não apresentava grandes projetos de colonização, embora contasse desde 1828 com o núcleo colonial de Rio Negro.” A vinda dos imigrantes para o núcleo colonial Rio Negro ocorreu em duas remessas. A primeira, desenvolvida pelo Conselho do Governo junto ao Barão de Antonina no ano de 1828, vieram 20

famílias germânicas da região de Trier⁹, que ficaram de forma provisória no Curralinho. A segunda, ocorreu em 1829, também com imigrantes germânicos da mesma região, imigrando 27 famílias, sendo alocados na margem do Rio Negro, no território onde encontra-se o município atualmente (Centenario da Colonização Alemã, 1929, p.28). A colônia de imigrantes germânicos que se consolidaram na região de Rio Negro, é considerada a primeira do Paraná.

As primeiras atividades de povoamento da cidade tiveram início no lado esquerdo (Mafra), porém em meados de 1850 “as autoridades eclesiásticas já abandonavam a margem esquerda para prestar seus ofícios à margem direita” (Dequech, 1967, p.6). A margem direita, onde localiza-se a cidade de Rio Negro, iniciou seu povoamento com a construção de moradias, a igreja Matriz e pontos comerciais. Em 1870, quando Rio Negro foi elevado a município, houve a chegada de mais grupos de imigrantes. A exploração de madeira e erva-mate se intensificaram na região devido ao processo de povoamento, surgindo então, diversas empresas de comercialização dos recursos explorados na localidade. Segundo Foohs, Pinto e Portes (2007), em 1877 chegaram os bucovinos¹⁰, 1891 os imigrantes poloneses e em 1895 os rutenos¹¹ e russos.

No início do século XX, no ano de 1917, criou-se o município de Mafra nas dependências do lado esquerdo do Rio Negro. O contexto que leva a criação da cidade, foi proporcionado devido ao conflito armado conhecido como *Guerra do Contestado* (1912 - 1916). Alcides Filho (2012, p.120) sinaliza que no final do século XIX, já havia uma disputa entre os estados pelas terras: “Com a criação do Paraná, desmembrado de São Paulo em 1853, sem a definição do território da nova província, começou uma disputa com Santa Catarina, para definir a quem pertenciam as atuais

9 Foram os primeiros imigrantes alemães a chegarem no Paraná em 1829, onde construíram sua colônia em Rio Negro. Na Europa, pertenciam a localidade de Trier, situada na divisa entre Luxemburgo e França (Hening, 2007, p.14).

10 Bucovinos são imigrantes germânicos que vieram de uma região da Europa ao qual se chamava Baviera, ao sul da Alemanha. Priscila Hening (2007, p.11), afirma: “[...] os alemães-bucovinos formaram uma única colônia relativamente organizada nos municípios-gemeos de Rio Negro - PR e Mafra - SC entre 1887 e 1888”.

11 São os imigrantes de origem ucraniana, que eram denominados rutenos no início do século XX. (OLIVEIRA, 2008, p.13)

regiões do meio-oeste, do Oeste e do planalto norte-catarinense, onde estava inserida a Estrada da Mata.” As terras eram propriedade do Estado, porém foram vendidas a coronéis e posseiros da região. Eram ocupadas por sertanejos que viviam nas localidades as quais não recebiam auxílio do governo, vivendo em completo abandono pelas políticas públicas.

A disputa pela terra ganha mais intensidade quando os sertanejos que viviam no território foram expulsos para a exploração madeireira da região: principalmente pela atuação da empresa americana Southern Brazil Lumber & Cia Colonization Company: “madeireira que explorava parte das terras contestadas” incluindo “majestosos pinheirais, além de outras árvores nativas, expulsando os moradores que ali habitavam, especialmente nas áreas de propriedade de Santa Catarina e Paraná [...]” (Medeiros e Junior, 2017, p.34). Então, em 1912, teve início a Guerra do Contestado na cidade de Irani em Santa Catarina, se estendendo por vários municípios ao norte do estado, porém no território mafrense não houve luta armada. Foi somente em 1916, que o governador do Paraná, Afonso Camargo, e o governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt, junto ao presidente da República, Wenceslau Braz, assinaram o acordo que delimitou o território fronteiriço (Fraga, Blum e Souza, 2019, p.2). Devido à negociação da disputa territorial, os argumentos de Manoel da Silva Mafra foram convincentes na contestação das terras de divisa, garantindo a Santa Catarina o território.

No dia 08 de setembro de 1917, criou-se na margem esquerda do Rio Negro o município de Mafra, homenageando Manoel da Silva Mafra, advogado responsável pelos limites do território. Segundo Medeiros e Junior (2017, p.36) o município já tinha habitantes e casas de comércio, além de fábricas de erva mate e madeiras: “Mafra nasceu sob o signo da erva-mate e da madeira nobre, em 8 de setembro de 1917, de pequenos bodegueiros e comerciantes instalados em suas terras” (Medeiros e Onírio Junior, 2017, p. 37). Devido a criação de estradas que faziam a comunicação pelo estado de Santa Catarina ao Paraná, e a exploração dos recursos naturais onde se instalaram empresas privadas, diversos imigrantes chegavam no município na busca por uma nova vida. Com isso, é possível encontrar em Mafra diversas etnias que trouxeram suas diversidades culturais para a cidade e até hoje são celebradas pela sociedade mafrense.

CAPÍTULO 2 - O PATRIMÔNIO DA IMIGRAÇÃO NAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS DO BRASIL

Neste capítulo, abordamos a criação das primeiras políticas patrimoniais no Brasil e no estado de Santa Catarina, com o objetivo de identificar, a partir de uma análise quantitativa e qualitativa, o patrimônio da imigração e as ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) para a preservação da herança cultural dos imigrantes europeus no Brasil. Ao analisar os conceitos que norteiam a noção de patrimônio Françoise Choay (2017, p.11), o define como: “[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se consagram por um passado comum.” Diante das questões preservacionistas ao patrimônio, Desvallées e Mairesse (2013, p.73) afirmam que o mesmo “[...] é um bem público cuja preservação deve ser assegurada pela coletividade quando não é feita por particulares.” Maria Ferreira (2006, p.79), ao estudar os conceitos que norteiam a questão patrimonial, salienta que “o patrimônio pode ser compreendido como esse esforço constante de resguardar o passado no futuro; e para que exista patrimônio é necessário que ele seja reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor.”

Assim como na França no século XIX, o patrimônio no Brasil, na Era Vargas (1930 - 1945), foi elevado a bem nacional por meio da atribuição de valores, processo construído por determinados indivíduos e cenários que, segundo Maria Cecília Fonseca (2005, p.33), possibilitaram “uma melhor compreensão do modo como são progressivamente construídos os patrimônios”. A autora, ao analisar a trajetória de valorização do patrimônio no Brasil, discorre que a noção de patrimônio, a qual conhecemos atualmente, é dada junto a ideia de nação/nacionalismo - ideologia que nasceu no final do século XVIII durante os atos revolucionários da Revolução Francesa, que no ocidente, dentre outras questões, se ancora na história e na arte para legitimar discursos de soberania de um Estado.

Desse modo, os bens preservados como patrimônio são valorizados a partir do valor atribuído a eles e pela compreensão da sua importância para a constituição de uma nação. Os valores atribuídos aos bens patrimoniais são distintos e podem variar de acordo com o momento histórico. Alois Riegl (2014), analisou a valoração

dos monumentos no início do século XX, a partir de duas classificações. A primeira classificação feita pelo autor foi denominada de Valor de rememoração, que engloba: valor de antiguidade, valor histórico e valor volúvel de memória. A segunda atribuição de valor pelo autor, condiz com a atualidade, que abarca: valor utilitário, valor de arte, valor de novidade e valor de arte relativo. Décadas depois, de forma semelhante, Ulpiano Menezes (2009) ao estudar o valor cultural do patrimônio engloba o valor cognitivo, valor formal, valor afetivo, valor pragmático e valor ético. Alguns desses valores, são apreciados pelos profissionais que trabalham pela valorização do patrimônio, e com isso, motivou as políticas patrimoniais desenvolvidas no Brasil.

O patrimônio cultural é uma conjuntura de elementos que condizem com a cultura de determinada sociedade. Para o IPHAN “[...] o patrimônio cultural é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas” (IPHAN, 2014). A Constituição Federal de 1988 classifica o patrimônio cultural como: “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988). Com o alargamento da noção de patrimônio no Brasil, a partir da década de 1980, diversos foram às valorizações dos bens de determinados grupos que constituem a sociedade brasileira, incluindo os imigrantes (Abreu, 2007; 2015)

2.1. Políticas patrimoniais no Brasil

A trajetória do patrimônio no Brasil é traçada por diversas conquistas e enfrentamentos, que busca a valorização dos bens produzidos pelo Homem e sua preservação para as gerações futuras. As primeiras iniciativas preservacionistas do patrimônio brasileiro ocorreram na década de 1920, quando grupos de intelectuais e políticos buscavam uma legislação federal que garantisse a proteção do patrimônio. Os fatores que levaram esses grupos olharem para a questão patrimonial foram o avanço da modernização dos centros urbanos, a Primeira Guerra Mundial que destruiu diversos monumentos históricos na Europa e o comércio de antiguidades no país (Magalhães, 2017, p.251).

Ao analisar as primeiras ações de preservação, Aline Magalhães (2017, p.251) afirma que “no sentido de conter esse movimento, os estados da federação

que possuíam acervo do período colonial saíram na frente dos demais, instituindo Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos”, sendo os estados de Minas Gerais (1926), Bahia (1927) e Pernambuco (1928) os primeiros a criarem inspetorias. Mesmo havendo essas iniciativas estaduais, as atividades dos órgãos não foram suficientes para a proteção do patrimônio, visto que somente na década de 1930 as ações referentes à preservação patrimonial se expandem no Brasil.

Com a instauração do Governo de Getúlio Vargas (1930 - 1945) no Brasil, as políticas de proteção do patrimônio tiveram avanços que garantiram a preservação de determinados bens, já que durante o governo, a política nacionalista visava a valorização da cultura brasileira como uma forma de propaganda do país: “a partir do Estado Novo, com a instalação, mais que de um novo governo, de uma nova ordem política, econômica e social, o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado” (Fonseca, 2009, p.99). Entretanto, a primeira ação de valorização ocorreu antes do Estado Novo, na elevação de Ouro Preto como Monumento Nacional pelo Decreto nº 22.928 de 12 de junho de 1933. Segundo o decreto, o motivo pela valorização da cidade de Ouro Preto foi ser considerada “teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d’arte, que merecem defesa e conservação” (IPHAN, 1980, p.54).

Em 1934, foi criado, em âmbito federal, a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, vinculado ao Museu Histórico Nacional e tendo como idealizador Gustavo Barroso. A inspetoria atuou com grande êxito na preservação da cidade de Ouro Preto, realizando diversos restauros, principalmente, nos chafarizes e igrejas barrocas da cidade, enaltecendo o passado colonial brasileiro (Magalhães, 2017), porém, realizou atividades apenas na cidade mineira devido a limitação de recursos do órgão.

Com a integração de intelectuais ao Estado, principalmente do movimento modernista, por meio de cargos públicos do governo na década de 1930, muitos intelectuais passaram a trabalhar para a preservação do patrimônio no país (Chuva, 2009). Em 1936, foi encomendado a Mário de Andrade um anteprojeto de proteção dos monumentos brasileiros e os bens nacionais: “Mário de Andrade foi defensor de um conceito abrangente de patrimônio ao articular em um mesmo eixo as dimensões material e imaterial” (Marchette, 2016, p.30). O anteprojeto de Mário, visava a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), o qual tinha os seguintes objetivos:

- I. determinar e organizar o tombamento geral do patrimônio artístico nacional;
- II. Sugerir a quem de direito as medidas necessárias para conservação, defesa e enriquecimento do patrimônio artístico nacional;
- III. determinar a superintender o serviço de conservação e de restauração de obras pertencentes ao patrimônio artístico nacional;
- IV. Sugerir a quem de direito, bem como determinar dentro de sua alçada, a aquisição de para enriquecimento do patrimônio artístico nacional;
- V. fazer os serviços de publicidade necessários para propagação e conhecimento do patrimônio artístico nacional (IPHAN, 1980, p.55).

A divisão do patrimônio no anteprojeto de Mário de Andrade foi realizada em oito categorias: Arte arqueológica; Arte ameríndia; Arte popular; Arte histórica; Arte erudita nacional; Arte erudita estrangeira; Arte aplicadas nacionais; e Arte aplicadas estrangeiras. Nota-se que o anteprojeto considerou apenas bens artísticos, entretanto, ao mesmo tempo, incluiu a cultura popular como patrimônio brasileiro. O anteprojeto de Mário de Andrade não contempla a cultura/ patrimônio produzido pelo imigrante, mas artes produzidas por estrangeiros.

No ano de 1937, foi criada a primeira legislação de proteção ao patrimônio nacional, junto ao processo de consolidação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937:

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (IPHAN, 1980, p.74).

A mesma lei instituiu o tombamento do patrimônio “[...] como uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público pela preservação de valores culturais” (Fonseca, 2005, p.109). Segundo Tatiana Marchette (2016, p.34) o tombamento é um instrumento estatal para proteger os bens declarados patrimônio devido o valor histórico e cultural agregado visto que “Em decorrência desse instrumento legal (o decreto) e o jurídico (o ato do tombamento), os bens culturais estão presentes nas paisagens urbanas e rurais do território brasileiro como testemunhos de épocas históricas diversas”. Foram criados quatro livros de tomo, que ainda são utilizados pelo órgão para inscrição dos bens: Livro de Tombo Histórico, Livro de Tombo das Belas-Artes; Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro de Tombo das Artes Aplicadas.

Nesse período, Rodrigo Melo Franco de Andrade foi nomeado diretor do SPHAN, atuando nas primeiras ações de tombamento do órgão federal recém-criado.

Devido a participação dos intelectuais nas esferas públicas na década de 1930, no SPHAN modernistas atuavam na proteção do patrimônio no país: “A participação do profissional de arquitetura, ligado à vertente modernista, na formulação das bases discursivas e da prática do novo órgão (Sphan), nas décadas de 1930 e 1940, foram significativas” (Chuva, 2009, p. 93). Para Márcia Chuva (2009, p.99), esses profissionais, que em sua maioria eram mineiros, declararam a arquitetura colonial e o estilo Barroco símbolo de patrimônio nacional, e Minas, o berço dos monumentos históricos ocorrendo “a eleição das cidades históricas mineiras, aliada ao espírito bandeirante reatualizado com [...] viagens de descobertas” por meio de uma história “contada e recontada, inscrita e reconhecida em monumentos como ‘patrimônio nacional’” (Chuva, 2009, p.99).

A atuação do órgão nesse período foi marcada pelo enaltecimento os bens de pedra e cal, que remetem ao passado colonial brasileiro e a herança luso-brasileira, sendo determinado pelos princípios dos arquitetos modernistas:

[...] o critério de seleção dos bens com base em sua representatividade histórica, considerada a partir de uma história da civilização material brasileira, ficou em segundo plano em face de critérios formais e de uma leitura dita por uma determinada versão histórica da arquitetura no Brasil (Fonseca, 2005, p.115).

Segundo Maria Fonseca (2005, p.119) até o final de 1969 foram tombados 803 bens, sendo eles “368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais”.

Com a aposentadoria de Rodrigo M. F. de Andrade em 1967, assume a direção do Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)¹² o arquiteto Renato Soeiro. A atuação de Soeiro no órgão federal teve início em 1946, assumindo a Divisão de Conservação e Restauro (DCR): “Renato Soeiro possuía a função de avaliar os pedidos de restauração e de obras de conservação antes destes serem

12 Durante a trajetória do órgão brasileiro de proteção do patrimônio, houve mudanças em sua nomenclatura: em 1937 chamava-se Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); 1946, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); 1970, Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN); 1979, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); 1990, Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC); e, no ano de 1994 volta a chamar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o qual se mantém atualmente (Fonseca, 2005).

enviados para o diretor geral da DPHAN” (Saporetti, 2017, p.21). Durante a década de 1960, o país passava pelo processo de modernização, surgindo então diversas indústrias para alimentar o mercado econômico brasileiro. A preservação do patrimônio estava em declínio devido à falta de comprometimento do governo federal que diminuiu o investimento para a proteção patrimonial. Houve um investimento cultural no Brasil da década de 1960, mas foi idealizado junto aos preceitos desenvolvidos na década de 1930 durante a Era Vargas, tendo como objetivo o nacionalismo e pertencimento da cultura nacional: “Observa-se que nas décadas de 60 e 70 no Brasil, as ações culturais do regime militar buscavam colocá-las sob sua orientação, por compreender a dimensão e força política da produção simbólica” (Saporetti, 2017, p.31).

A gestão de Soeiro foi limitada devido às dificuldades de atuação, já que o IPHAN estava enfraquecido, porém, o diretor teve papel fundamental na divulgação internacional do Brasil nos seminários de patrimônio que apresentavam o país no exterior. Soeiro pensou na valorização do patrimônio natural do país, tombando parques nacionais brasileiros, além da questão turística agregada ao patrimônio “[...] a DPHAN passou a defender e colocar em prática a utilização do patrimônio cultural para alavancar o desenvolvimento dos países por meio do turismo” (Saporetti, 2017, p.39). Em 1974, é implementado ao órgão o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (1974 - 1979) que teve como objetivo “realizar estudos sobre o patrimônio histórico do Nordeste” (Sophia, 2015, p.238), a ideia era produzir uma economia voltada a região nordeste, garantindo um desenvolvimento econômico e local visando a criação de “uma infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda” (Sophia, 2015, p.239). Ou seja, a gestão de Renato Soeiro, foi curta, mas deteve uma atenção ao patrimônio cultural e natural, além de uma atenção ao desenvolvimento econômico a partir do turismo e dos bens culturais.

As mudanças ocasionadas na década de 1980 no SPHAN, foram relevantes para o campo do patrimônio no Brasil devido aos novos olhares trazidos pela inclusão do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) ao órgão. Com a saída de Soeiro da gestão do SPHAN, passa a assumir o cargo Aloísio Magalhães que vai possibilitar novas perspectivas frente à preservação e valorização do patrimônio brasileiro. O CNRC surgiu em 1975, nas dependências da Universidade de Brasília (UNB) mas não vinculado ao governo, por meio da reunião de um pequeno grupo de pesquisadores

interdisciplinares que viram a necessidade de investigar a ampla diversidade cultural brasileira, identificando as identidades antes negligenciadas pelo órgão federal. Segundo Fonseca (2005, p.156) “O CNRC se estruturou em quatro programas: mapeamento do artesanato brasileiro, levantamentos socioculturais, história da ciência e da tecnologia no Brasil e levantamento de documentação sobre o Brasil”.

O CNRC teve como diretor Aloísio Magalhães, que ao assumir o SPHAN, integrou para dentro do órgão do patrimônio devido ao sucesso nos trabalhos realizados pelo grupo: “[...] a ideia era de que o CNRC desenvolvia uma atuação complementar e crítica em relação ao Iphan, que privilegiava os bens de ‘pedra e cal’” (Fonseca, 2005, p. 164). A proposta de Aloísio ao vincular o grupo, era a preservação das manifestações culturais e valorização dos bens para o desenvolvimento social nas comunidades que detém esse patrimônio. Com isso, a noção de patrimônio a partir dessa fase do SPHAN se expande trazendo uma nova abordagem a preservação patrimonial no país, tendo os primeiros tombamentos ligado aos povos originários, negros e imigrantes.

Nos anos 1980, o país passa por uma nova fase política, reconstruindo a democracia nacional e estabelecendo a Constituição Federal de 1988 que retrata os direitos dos brasileiros, incluindo a preservação do patrimônio cultural do país. No Art. 216, foi abordado a noção de patrimônio cultural:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

- I - As formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Com a legislação é possível observar a abrangência da valorização patrimonial no Brasil, que ao introduzir a contextualização de patrimônio cultural na constituição, ampliou a preservação para bens materiais e imateriais apesar de não existir ainda um instrumento legal específico, na época, para a valorização de bens intangíveis.

Os bens de natureza imaterial foram valorizados no Brasil no ano de 2000 a partir do decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, por meio do registro em quatro livros:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (Brasil, 2000).

A valorização do patrimônio imaterial possibilitou a preservação da cultura de diversas identidades antes negligenciadas a nível nacional por não se enquadrarem nos valores de antiguidade e estético dos primeiros anos de atuação do IPHAN. Porém, atualmente, mesmo havendo esse reconhecimento imaterial, o registro de bens ligados à cultura dos imigrantes ainda não foi contemplado pelo IPHAN mesmo os pesquisadores do órgão terem realizado estudos e publicações a respeito do patrimônio cultural da imigração.

2.2 O patrimônio arquitetônico da imigração europeia no sul do Brasil

O patrimônio cultural da imigração europeia no Brasil, está concentrado em sua maioria, na região sul do país, onde foram consolidados diversos núcleos coloniais. A herança cultural dessas populações marca, até os dias atuais, as tradições e costumes dos três estados que compõem o território do sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). De acordo com Seyferth (2012, p.18) o patrimônio da imigração no sul do Brasil é formado por “Hábitos alimentares, formas de organização social e sociabilidade, associações recreativas e culturais, estilos arquitetônicos, modos de ocupação do espaço” (Seyferth, 2012, p.18). As tradições construtivas¹³ do patrimônio arquitetônico da imigração possuem suas distinções e características únicas devido ao fluxo migratório de cada região. Nas regiões de colonização germânica é comum imóveis com a técnica enxaimel:

13 Segundo Fábio Batista (2007, p.18) A tradição construtiva “é expressa por elementos e formas que identificam as construções de um grupo de pessoas, onde algumas questões técnicas como: melhor projeção de beirais, dimensão e forma das janelas, vãos e pé direitos, são estabelecidas através de gerações de construtores”.

designa um padrão construtivo centenário em que as paredes são estruturadas por um tramado de madeira. As peças horizontais, verticais e inclinadas são encaixadas entre si, em que tramos são posteriormente preenchidos com taipa, adobe, pedra, tijolos ou outro material que se torne possível a vedação das paredes (Franzen et al, 2022, p.92).

Além do enxaimel, casas de alvenaria autoportantes também são comuns nos territórios de imigração alemã. Segundo o IPHAN (2011, p.80), na década de 1930, houve um abrasileiramento das casas enxaimel, com a utilização de reboco nas fachadas das residências sendo que “essa prática, responsável pela aplicação de reboco em paredes frontais originalmente construídas em enxaimel ou alvenaria de tijolos aparentes, também pode ser vista como uma tentativa de modernização ou de identificação com os modelos urbanos”.

A arquitetura ítalo-brasileira também passou por adaptações da fachada com a questão de abrasileiramento passando a utilizar rebocos, porém as técnicas construtivas se diferenciam. A arquitetura italiana é marcada pela utilização de taipa com pedras “Pode se apresentar totalmente rebocada, com as pedras à vista em paredes inteiras, ou em soluções mistas, mesclando-se com alvenaria rebocada ou tijolos à vista” (IPHAN, 2011, p.81). Ainda é possível encontrar construções utilizando madeira, as quais são grandes tábuas que ocupam dois andares, geralmente madeira de araucária pela abundância no território, as paredes externas sem pintura, grandes varandas possuindo lambrequins de madeira, a fundação de pedra e sótão na parte superior. Algo característico das plantas das casas ítalo-brasileiras é a cozinha que fica separada do restante da casa (Pellin e Camara, 2021, p.6).

As técnicas construtivas dos povos eslavos geralmente utilizam a madeira como principal matéria-prima sendo uma das principais características das construções polonesas “as colorações de suas fachadas, representadas por cores quentes, e, em seu interior, uma estrutura que beira a simplicidade” (Socoloski e Cardoso, 2020, p.206). Geralmente, não utilizam pregos, com isso as partes de madeiras são encaixadas e há a utilização de lambrequins na base dos telhados. As igrejas ucranianas, comuns no Estado do Paraná, possuem características construtivas marcantes devido ao estilo bizantino de sua arquitetura.

Foram citados apenas algumas características que marcam a arquitetura da imigração no sul do Brasil, porém deve ser destacado que muitas construções passaram pelo processo de hibridismo devido ao contato entre as culturas e adaptações para a realidade brasileira, como, por exemplo, a implementação de

varandas nas casas dos imigrantes europeus, “Dessa forma, criou-se um modo de construir casas adaptado do original, tornando tais casas únicas no mundo” (Veiga, 2014, p.83).

As primeiras ações de tombamento federal pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foram voltadas ao passado colonial, enfatizando bens materiais que remetiam à herança portuguesa devido ao valor histórico e artístico. Daniela Pistorello (2015, p.18) ao analisar o patrimônio da imigração nas políticas do IPHAN, apresenta que nos primeiros anos de atuação houve dois tombamentos no estado de Santa Catarina ambos na cidade de Joinville, de bens ligados, à primeira vista, aos imigrantes: O Palácio dos Príncipes, no ano de 1939, e o Cemitério Protestante, em 1962. Entretanto, a autora afirma que ambos os tombamentos não valorizaram o papel do imigrante, mas outras questões. No caso do Palácio dos Príncipes¹⁴ “a questão étnica ficou ausente na sua nomenclatura, privilegiando uma memória ligada à família imperial ainda que nunca tivesse sido residência desta” (Pistorello, 2020, p.7).

O cemitério protestante foi outro tombamento que, embora relacionado aos imigrantes germânicos que chegaram na antiga colônia D. Francisca, foi reconhecido como patrimônio apenas pela estética do local: “Não se tratava de qualquer paisagem, mas daquela compreendida como sinônimo de natureza intocada, dotando o lugar de um ar bucólico, romântico, e dando-lhe a impressão de ‘cultivado abandono”” (Pistorello, 2020, p.8).

Nota-se que os dois tombamentos de patrimônio da imigração na gestão de Rodrigo M. F. de Andrade, o papel do imigrante não teve reconhecimento, a valorização se deu pela ligação ao passado colonial do Brasil e pela questão estética. Ou seja, nas primeiras décadas o patrimônio da imigração europeia foi negligenciado pelas ações de proteção patrimonial.

14 O Palácio dos Príncipes foi construído para que os membros da realeza pudessem se hospedar, porém nunca recebeu o Príncipe de Joinville e a Princesa D. Francisca, somente os representantes do monarca. Segundo Diego Machado (2019, p.110) O palácio foi “Construída entre os anos de 1867 e 1870, por ordem de Frédéric Brüstlein, alsaciano que chegou na antiga Colônia Dona Francisca em 1863 para representar os interesses no Brasil do Príncipe de Joinville”. Décadas mais tarde, depois do seu tombamento pelo SPHAN, no ano de 1957, o palácio torna-se o Museu Nacional de Imigração e Colonização (MINC).

Durante a década de 1980, o IPHAN sob a direção de Aloísio Magalhães, insere ao órgão o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) que possibilitou a valorização do patrimônio do imigrante. A ampliação da noção de patrimônio incluindo outras diversidades culturais fez com que o órgão federal valorizasse o patrimônio da imigração na região sul: “[...] somente a partir da década de 1980 o Sphan passou efetivamente a considerar ‘patrimônio nacional’ expressões arquitetônicas e formas de ocupação do território nacional produzidas por imigrantes italianos e alemães no sul do país” (Chuva, 2009, p.59).

No ano de 1985 foi tombado pelo IPHAN a Casa Schmitt-Presser, na cidade de Novo Hamburgo (RS), o bem foi tombado por ser “[...] uma edificação representativa da arquitetura rural da colonização alemã, da primeira metade do século XIX, localizada no bairro de Hamburgo Velho” (IPHAN, 2014). No mesmo ano foi tombado pelo órgão o Casarão na rua Gustavo Sampaio, 34, conhecido como Casa de Dona Neni, na cidade de Antônio Prado (RS), sendo um dos primeiros imóveis da imigração italiana reconhecido pelo IPHAN.

O órgão reconheceu a importância arquitetônica do Casarão: “[...] é um exemplar de arquitetura urbana em madeira, construído na região de imigração italiana, em 1910” além dessas características a fachada possui elementos únicos como “[...] bandeiras em arco pleno e o primeiro pavimento apresenta um balcão central com guarda-corpo em ferro. O frontão, além da decoração com lambrequins, é o único na cidade que ainda possui detalhes executados em madeira torneada” (IPHAN, 2014).

Mais tarde, em 1990, o Conjunto Arquitetônico de Antônio Prado, no Rio Grande do Sul, foi tombado: “O conjunto arquitetônico da sede de Antônio Prado salienta-se pelo fato de não existir mais no Rio Grande do Sul, e, provavelmente, no resto do país, outro conjunto urbano representativo da imigração italiana, ainda homogêneo e de tamanhas proporções” (SPHAN, 1988, p.5) Ao todo foram tombados 47 casarões de madeira que possuem elementos ornamentais característico da colonização italiana, preservando assim, a antiga colônia.

Em 1986, no estado de Santa Catarina, foi tombada a Escola Rural em Rio dos Cedros, uma das primeiras escolas alemãs em estilo enxaimel. Na década de 1980 teve a inauguração do Museu ao Ar Livre de Orleans que reuniu esforços do grupo intelectual do IPHAN pois “A criação do Museu ao Ar Livre de Orleans esteve conectada a uma política de preservação sensível a valores que a comunidade julgou

importante; envolveu o corpo técnico do Iphan e recursos doados pelo Banco do Brasil” (Pistorello, 2017, p.30). O museu visava reconstruir uma indústria rural dos imigrantes italianos que utilizavam a energia a partir da força da água. Daniela Pistorello (2017) apresenta que a construção do museu teve o envolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina, a prefeitura de Orleans, Instituto São José e o Centro Nacional de Referência Cultural, que teve como função a coordenação e consultoria do projeto. Com isso, a fundação do museu foi essencial para a história do patrimônio dos imigrantes no Brasil, preservando as técnicas construtivas utilizadas pelos colonos para a produção de alimentos e subsistência nas áreas rurais. O museu foi tombado no ano de 2019 como Patrimônio Cultural Brasileiro.

Nota-se que nesse período o IPHAN realizou mais tombamentos no estado do Rio Grande do Sul: “Mais de 20 núcleos da imigração no Rio Grande do Sul tiveram seus estudos iniciados também nessa década, através da ação desenvolvida pela Regional do Iphan intitulada Preservação e Valorização da Paisagem Urbana com Núcleos da Imigração Alemã e Italiana no Rio Grande do Sul” (Weissheimer, 2009, p.225). O interesse estadual do Rio Grande do Sul, possibilitou o mapeamento e valorização do patrimônio do imigrante regional.

Nesse período o órgão produziu boletins que demonstravam os estudos realizados pelos profissionais e o interesse na preservação do patrimônio da imigração. O Boletim 5 foi a primeira publicação sobre o patrimônio da imigração, ao qual recebia o título *São Nicolau, Viamão, São Miguel...A presença da Sphan no sul do Brasil* (SPHAN, 1980), foram citados alguns tombamentos em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresentando os resultados do inventário de colônias italianas, principalmente as localizadas no território gaúcho. O Boletim 7, publicado no mesmo ano, apresenta a inauguração do Museu ao Ar Livre de Orleans, em Santa Catarina, onde retrata a pequena indústria rural construída pelos imigrantes italianos (SPHAN, 1980).

Em 1984, foi lançado o Boletim 29 denominado *No Sul, um projeto para resgatar a memória da imigração italiana*, sendo uma ação realizada no estado do Rio Grande do Sul em parceria com a Universidade de Caxias do Sul, ao qual buscou-se mapear e valorizar os bens dos imigrantes italianos (SPHAN, 1984). No ano de 1988 o Boletim 39 com o título *Santa Catarina valoriza patrimônio deixado por Imigrantes* (SPHAN, 1988) apresenta as colônias germânicas localizadas no estado catarinense, com um estudo a partir da técnica construtiva enxaimel. O Boletim 44, produzido no

mesmo ano, apresenta as cidades históricas que foram inventariadas pelo órgão, dando ênfase para Antônio do Prado no Rio Grande do Sul, contendo bens ligados à cultura dos imigrantes italianos (SPHAN, 1988). A produção desses boletins mostra que durante a gestão de Aloísio e após a sua morte, houve interesse por parte do órgão em valorizar o patrimônio dos imigrantes europeus no Sul, porém esses estudos se debruçaram em estudar as colônias alemãs e italianas somente no estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Com a chegada do século XXI, as ações de valorização do patrimônio da imigração pelo IPHAN foram mais expressivas. No ano de 2007 diversos bens foram mapeados pelo órgão, por meio da criação do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração. Segundo Pistorello (2017, p.45) o projeto foi “lançado em 27 de agosto de 2007 no Sítio Tribess, na cidade de Pomerode” coroando “um processo de valorização da contribuição das diversas etnias na formação da identidade cultural brasileira, através da preservação de bens culturais tangíveis e intangíveis”. O projeto foi uma parceria entre o IPHAN e a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), órgão do Estado de Santa Catarina cujo objetivo é a proteção do patrimônio cultural estadual. A união dos dois órgãos visava a proteção do patrimônio da imigração: “[...] se pensou em uma ação não apenas de inventário e proteção dos bens culturais através do tombamento, mas em uma proposta mais completa e abrangente” ao considerar “as especificidades do patrimônio cultural dos imigrantes no sul do Brasil e sua necessidade de valorização” (Weissheimer, 2009, p.228) O resultado dos tombamentos da ação do projeto foram analisados por Pistorello (2017, p.11): “Dois 61 bens tombados, um é relativo aos ucranianos; três, aos poloneses; seis, alusivos aos italianos; quatro são apontados como produto da colonização ítalo e teuta; e o restante, 47, são concernentes aos imigrantes alemães”.

Com o desenvolvimento do projeto e a ampliação da noção de patrimônio nesse período, em 2009 o IPHAN lança a Portaria nº 127, de 30 de Abril de 2009 que estabelece a Chancela de Paisagem Cultural Brasileira definindo no Art. 1º que “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009).

O lançamento da portaria, simbolizou a preocupação do IPHAN em preservar o território como um todo, buscando valorizar o patrimônio material e imaterial: “[...] reconhecimento é dado pelo equilíbrio na relação entre a materialidade (o ambiente

natural) e a imaterialidade (a interação do ser humano neste ambiente)” (Martins e Weissheimer, 2023, p.15). Para realização do projeto, o IPHAN buscou parcerias com as prefeituras das localidades que iriam receber as chancelas estabelecendo um acordo de cooperação que teve como objetivo estabelecer a preservação dos bens dos imigrantes nos seguintes municípios catarinenses: Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Indaial, Itaiópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Nova Veneza, Orleans, Pomerode, Rio dos Cedros, Rio do Sul, São Bento do Sul, Urussanga, Timbó e Vidal Ramos (IPHAN, 2007). O termo foi assinado pelos seguintes órgãos: Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Sebrae, Governo de Santa Catarina e o IPHAN.

A notoriedade do IPHAN era considerar o território mapeado no projeto em 2007 como paisagem cultural, porém “[...] o processo para a chancela da paisagem cultural da imigração nunca foi aberto e a gestão das áreas protegidas, atualmente, é feita unicamente com base nos dispositivos previstos pelo decreto-lei n. 25/37, em virtude da série de tombamentos efetivos na região” (Martins e Weissheimer, 2023, p.20).

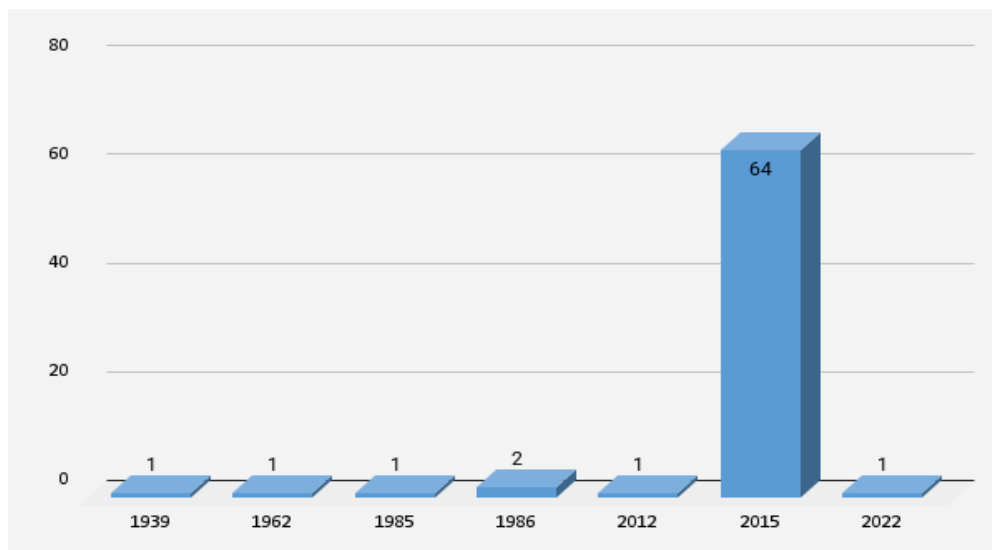
No Estado do Rio Grande do Sul ainda tiveram mais dois tombamentos: o Núcleo Urbano de Santa Tereza e o Centro Histórico de Novo Hamburgo. O Núcleo Urbano de Santa Tereza foi tombado pelo IPHAN no ano de 2012: “[...] é composto por 25 casas de madeira e alvenaria construídas nos séculos XIX e XX, pelos imigrantes que vieram de diferentes regiões da Itália” (IPHAN, 2014). Segundo o órgão o conjunto urbano tombado possui elementos construtivos nas fachadas íntegras aos originais, com isso “o tombamento considerou o traçado urbano preservado, seu acervo arquitetônico, a paisagem rural do município e a riqueza de todo o patrimônio cultural” (IPHAN, 2014).

O Centro Histórico de Novo Hamburgo foi tombado em 2015 devido às construções que remetem ao passado do município e a presença germânica: “destacam-se algumas técnicas de construção como as casas enxaimel, o estilo neoclássico, a arte déco e, principalmente, o estilo de frontão recortado, desenvolvido exclusivamente na região, no início do século XX” (IPHAN, 2014).

No ano de 2011 o IPHAN lançou três publicações a respeito do patrimônio dos imigrantes: o dossiê *Roteiros Nacionais da Imigração: Santa Catarina*, dividido em dois volumes que abordam a contextualização do Patrimônio da imigração e o projeto desenvolvido em Santa Catarina (IPHAN, 2007); *O Patrimônio Cultural da Imigração*

em Santa Catarina, apresenta o patrimônio material e imaterial do estado de Santa Catarina e a cultura cultural herdada dos imigrantes europeus (IPHAN, 2011); e a última publicação lançada em 2012, o caderno de memória intitulado *Mestres Artífices: Santa Catarina* (IPHAN, 2012) relata a relação dos mestres de saberes do estado catarinense que detém dos saberes construtivos herdados dos imigrantes.

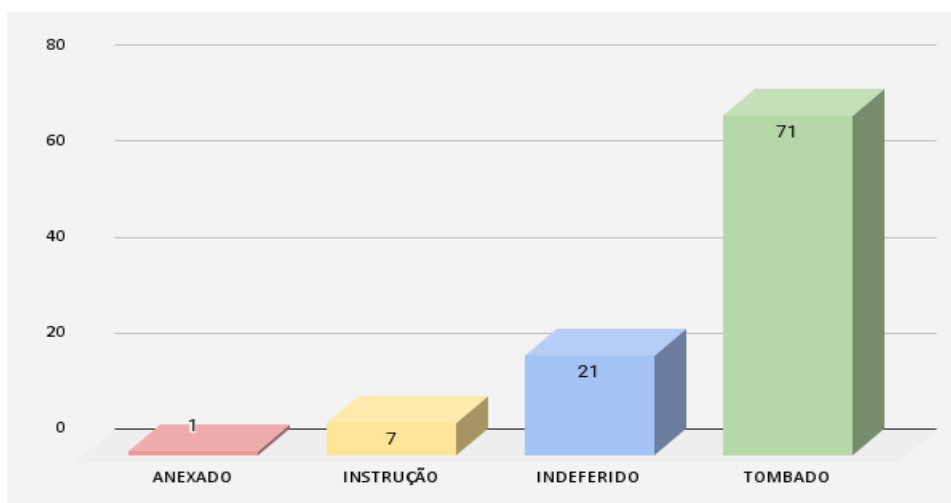
Gráfico 1. Anos de tombamento do patrimônio da imigração pelo IPHAN.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Com os dados apresentados no gráfico 01, é possível observar que as primeiras atuações do IPHAN com relação ao patrimônio da imigração foram poucos, onde ganha expressividade somente em 2015 com a criação do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, e em seguida os registros posteriores novamente sofrem declínio nos processos de tombamento patrimonial.

Gráfico 2. Situação dos bens da imigração nas ações do IPHAN.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No gráfico 02, está sistematizado as informações a respeito da situação dos bens nas ações do IPHAN onde se tem: 1 bem anexado; 7 em processo de instrução, ou seja, está sendo analisado pelo órgão o possível tombamento; 21 indeferidos, os processos de tombamento foram recusados pelo IPHAN; e, 71 bens tombados em nível federal.

A valorização do patrimônio do imigrante no Brasil teve destaque tardiamente em relação a outras identidades culturais, impactando na preservação de alguns bens que devido ao processo de modernidade das cidades, muitas construções foram demolidas, tal fato explica por que muitos dos patrimônios arquitetônicos dos imigrantes são possíveis de encontrar no meio rural – as pequenas propriedades familiares. Outro ponto a ser destacado é o olhar do órgão para imigração alemã e italiana onde preserva-se, em maior porcentagem, os bens vinculados a heranças dessas duas etnias. Houve poucos tombamentos de bens dos poloneses e ucranianos, porém foi realizado apenas na cidade de Itaiópolis (SC), sendo que a região do norte catarinense e do estado do Paraná possuem um vasto patrimônio arquitetônico voltado às populações eslavas¹⁵.

¹⁵ “Os poloneses e ucranianos são povos eslavos, emigraram de países que estavam, sob o jugo do Império Austro-Húngaro, Rússia e Prússia, desde o século XVIII até 1918” (Renk e Maschio, 2020, p.7).

2.3. O patrimônio da imigração nas políticas estaduais de Santa Catarina

A valorização patrimonial no estado de Santa Catarina teve início na década de 1930 com a atuação do SPHAN tombando alguns bens voltados à herança luso-brasileira, com ênfase nos povoamentos do litoral catarinense. Esses primeiros tombamentos que ocorreram no estado não foram em grandes números, devido aos poucos bens ligados aos valores agregados pelo Decreto-Lei nº 25/37, onde o órgão na década de 1980 reconheceu essa falta de tombamento dos bens catarinense:

Santa Catarina não possui igrejas, teatros e edifícios públicos imponentes ou ricamente decorados, característicos do barroco, neoclássico ou do eclético vivenciados por outros Estados que passaram, em dado momento, pelo apogeu econômico dos vários ciclos que o Brasil atravessou. Santa Catarina, ao contrário, foi ocupada por colonos europeus e por guarnições militares, com o único objetivo de assegurar a posse da terra, estratégica então. O resultado, aparentemente pobre em termos patrimoniais, tem se revelado ser um valiosíssimo legado cultural não-monumental, original e único, que vem sendo melhor estudado e tratado através de vários projetos que estão sendo desenvolvidos atualmente a nível municipal, estadual e federal em Santa Catarina (SPHAN, 1983, p.7)

As primeiras iniciativas estaduais para preservação patrimonial em Santa Catarina ocorreram na década de 1960 com a tentativa de organizar uma comissão de proteção ao patrimônio, porém a legislação de proteção foi criada nos anos 1970 (Gonçalves, 2011, p.4). Em 1974, surgiram as primeiras legislações a respeito do patrimônio cultural do Estado, a Lei n. 5.056, de 22 de agosto de 1974 visava a proteção dos bens:

Art. 1º Os bens de valor histórico e artístico existentes ou situados nos limites estaduais, uma vez tombados, constituem patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina (art. 171, da Constituição)

Art. 2º Consideram-se de valor histórico ou artístico, o conjunto de bens móveis ou imóveis (obras, monumentos e documentos) cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a atos memoráveis da história do Estado ou do País, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico, artístico ou religioso. (Rede Specula, 2017, p.1).

A Legislação de 1974 estabelece que a proteção do patrimônio estadual fica sob a responsabilidade do Departamento de Cultura: “Art. 3º O tombamento será promovido pela Secretaria do Governo, através do Departamento de Cultura, ouvido o Conselho Estadual de Cultura” (Rede Specula, 2017, p.1). Mais tarde foi criado pelo governo do estado a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) pelo Decreto nº 7.439, de 24 de abril de 1979, a qual ficou encarregada pelos processos de tombamento de Santa Catarina, atuando até os dias atuais.

Em 1980 a lei de proteção patrimonial de Santa Catarina foi revogada pela Lei nº 5.846 de 22 de dezembro de 1980:

Art. 2º. Consideram-se de valor histórico ou artístico, para os fins desta lei, as obras intelectuais no domínio da arte e os documentos e coisas a que estejam vinculados a fatos memoráveis da História ou que apresentem excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico, artístico ou religioso.

Parágrafo único. Será regulada por lei especial a preservação dos monumentos naturais, paisagens e locais de rara beleza (Rede Specula, 2017, p.7).

No Artigo 7 da legislação, discorre sobre o processo de tombamento do patrimônio catarinense sendo articulado em cinco livros de tombo:

I - Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Ecológico, em que serão inscritos os objetos pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular e, também, os monumentos naturais dotados de valor ecológico;

II - Livro do Tombo Histórico, em que serão inscritos objetos de interesse histórico e as obras de arte históricas;

III - Livro do Tombo das Belas Artes, em que serão inscritas as obras de arte erudita, nacional ou estrangeira;

IV - Livro do Tombo das Artes Aplicadas, em que serão inscritas as obras nacionais ou estrangeiras, que se incluem na categoria; e

V - Livro do Tombo das Artes Populares, em que serão tombados os bens relacionados às manifestações folclóricas, características de épocas e regiões do Estado (Rede Specula, 2017, p.7).

A FCC é a responsável pela proteção do patrimônio catarinense, sendo ela que realiza o processo de tombamento patrimonial estadual:

Art. 4º O tombamento será promovido pela Fundação Catarinense de Cultura, ouvido o Conselho Estadual de Cultura, após homologação pelo Governador, quando se tratar de bens imóveis, ou pelo Titular da Pasta responsável pelos negócios da Cultura, quando se referir a bens móveis (Rede Specula, 2017, p. 7).

A atuação da FCC na defesa do patrimônio no Estado, teve papel essencial para a proteção dos bens, principalmente na década de 1980 “[...] o governo estadual realizou uma série de tombamentos, em quarenta municípios do Estado de Santa Catarina, totalizando 299 bens tombados” (Gonçalves, 2011, p.6). Janice Gonçalves ao analisar a trajetória patrimonial catarinense aborda as características desses bens:

Nos tombamentos realizados em especial na capital e em parte da região litorânea, foram priorizadas as construções ligadas ao aparelho estatal (ou a governantes), ou ainda vinculadas à Igreja, bem como as construídas em tempos mais recuados (fins do século XVIII ou durante do século XIX), tendo preferencialmente (nas dimensões catarinenses) caráter monumental (Gonçalves, 2011, p.7).

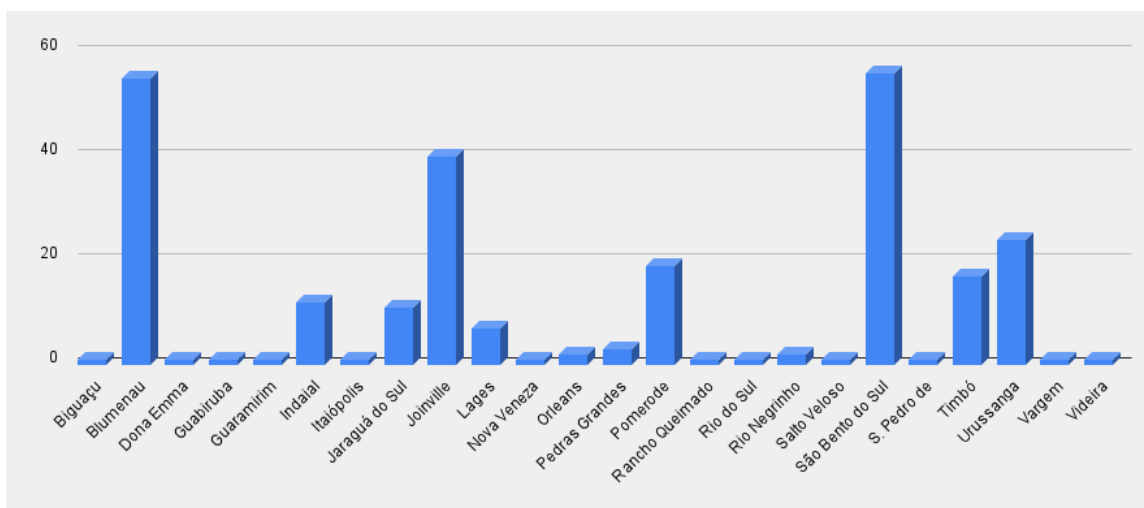
As primeiras iniciativas de valorização estadual dos bens catarinenses, foram realizadas a partir da ideia de monumentalidade visando a consagração ao passado político, ideias desenvolvidas nas primeiras décadas de atuação do IPHAN. Em 1989 instalou-se no estado a 12ª Diretoria Regional do IPHAN, em 1990 tornou-se 11ª Coordenação Regional e em 2009 mudou para Superintendência. Os escritórios técnicos do Iphan no estado de Santa Catarina estão localizados em Laguna, São Francisco do Sul e Pomerode (MinC, 2025).

A caracterização do patrimônio catarinense é marcada pelos bens da imigração diante do grande fluxo migratório que ocorreu no estado. Janice Gonçalves (2011, p.7) ao narrar a questão do tombamento do patrimônio da imigração em Santa Catarina apresenta:

[...] destacam-se edificações em estilo enxaimel e em madeira, com uso originalmente residencial, em áreas rurais e urbanas, pondo em relevo municípios como Blumenau, Pomerode, Indaial, Timbó, Guabiruba, Lontras, São Bento do Sul, Jaraguá do Sul, Joinville (sobretudo em função da colonização alemã), Urussanga, Orleans, Nova Veneza, Pedras Grandes (destacando em especial a colonização italiana) e Itaiópolis (colonização polonesa e ucraniana).

Analisando o gráfico 03 de tombamentos estaduais do patrimônio catarinense, elaborado pela FCC, foi possível localizar a quantidade de bens arquitetônicos da imigração preservados nos municípios de Santa Catarina:

Gráfico 3. Cidades catarinenses e a quantidade de bens da imigração tombados pela FCC.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Nota-se um maior percentual de bens tombados a nível estadual em Blumenau (55 bens), Joinville (40 bens) e São Bento do Sul (56 bens), ambos vinculados aos imigrantes de origem germânica devido ao fluxo de populações dessa

origem nas localidades. Em seguida Urussanga (24 bens) que dispõem de bens voltados a imigração italiana. As cidades de Indaial (12 bens), Pomerode (19 bens), Timbó (17 bens) e Jaraguá do Sul (11 bens) contém diversos imóveis tombados com a técnica enxaimel enaltecendo a cultura germânica. A Igreja de Santo Estanislau, localizada na cidade de Itaiópolis, é o único bem vinculado a imigração polonesa no estado, o restante dos tombamentos de patrimônios nos outros municípios é vinculado aos bens dos italianos e alemães.

As localidades que possuem o patrimônio da imigração tombado em nível estadual se assemelham aos processos efetuados pelo IPHAN, tirando alguns municípios que só foram contemplados pela FCC. Os bens que representam o patrimônio teuto-brasileiro foram tombados a nível federal e estadual nas cidades de Dona Emma, Guabiruba, Guaramirim, Lages, Rancho Queimado, Rio Negrinho, Rio do Sul e São Pedro de Alcântara. A respeito do patrimônio ítalo-brasileiro, os municípios de Biguaçu, Nova Veneza, Orleans, Pedras Grandes, Salto Veloso e Videira têm tombamentos a nível federal e estadual. É perceptível que a atuação dos dois órgãos vincula a ideia de imigração muito voltada aos bens de italianos e alemães no vale do Itajaí e isso faz com que os bens ligados aos povos eslavos sejam desvalorizados devido aos poucos bens tombados em nível federal e estadual.

CAPÍTULO 3 - O PATRIMÔNIO DA IMIGRAÇÃO EM MAFRA – SC

Devido aos fluxos imigratórios que ocorreram no município de Mafra, muitas características arquitetônicas foram moldadas a partir de técnicas construtivas trazidas pelos imigrantes, estabelecendo assim o patrimônio arquitetônico mafrense. A região Norte de Santa Catarina, onde localiza-se o município, recebeu em grande maioria imigrantes eslavos e germânicos, onde desenvolveram suas construções a base de madeira de araucária e imbuia devido a abundância do material e as grandes explorações madeireiras na região: “[...] nos Estados do Sul do Brasil, que teve a vinda também de imigrantes alemães e poloneses, habituados a construir com madeira, o uso deste material como tecnologia construtiva é muito mais intenso e difundido” (Giovanni, 2008, p.42). Segundo o IPHAN a região norte de Santa Catarina possui em seu patrimônio arquitetônico as seguintes características:

A arquitetura apresenta-se em construções de madeira ou alvenaria autoportante de tijolos, quase sempre rebocados, embora existam bons

exemplares em tijolos à vista. As construções em madeira são variadas, contando com exemplares de arquitetura religiosa, comercial e de lazer (Iphan, 2011, p.87).

No perímetro urbano de Mafra, devido aos processos de modernização da parte central, poucos são os bens que ainda possuem elementos que condizem com o patrimônio da imigração. Muitos imóveis foram construídos no século XX, porém, em seu traçado há técnicas e elementos que caracterizam as construções dos imigrantes devido a herança passada aos descendentes dos saberes e tradições construtivas.

A constituição urbana de Mafra foi sistematizada entre 1917 e 1918, quando o planejamento urbano central começou a ser ordenado pelo governo do estado. Em uma pesquisa na Hemeroteca Digital estadual, foi possível encontrar um relato no Jornal *A Pátria* de 1918, sobre o planejamento do município:

Entendíamos que o Governo no intuito de auxiliar a Municipalidade autorizaria ao seu encarregado a locar todas as ruas e praças novas constantes da respectiva planta, desapropriando esses terrenos e entregando-as assim á Municipalidade afim de ser por esta aprovada dita planta e tomando as providencias no sentido de procurar de fato organizar a futura cidade de Mafra (Hemeroteca Digital Catarinense, 2019, p.1)

Com a organização do perímetro urbano municipal, os primeiros imóveis construídos pelos imigrantes foram destruídos ou modificados para se enquadrar aos padrões estabelecidos. Na área rural de Mafra, é possível encontrar pequenas propriedades rurais que utilizam da madeira como matéria-prima para a construção dos imóveis.

A partir da pesquisa de campo, o presente capítulo busca apresentar os bens da imigração europeia na cidade de Mafra com foco no patrimônio arquitetônico e suas características. Como a pesquisa se ancorou numa análise qualitativa, também serão apresentadas a relação da sociedade mafrense com o patrimônio da imigração e as ações municipais para preservação patrimonial.

3.1 As características do patrimônio da imigração em Mafra

A imigração para Mafra caracterizou diversos bens patrimoniais do município devido ao número dessas populações no território, sendo predominante os povos germânicos e eslavos. Segundo Hening (2007) as construções dos imigrantes na localidade não foram conservadas com suas características originais, ocorrendo uma nova reconfiguração dos elementos construtivos do século XX, sucedendo um

ecletismo das construções. Os germânicos que se estabeleceram em Mafra, em sua maioria são conhecidos como Bucovinos e instalaram-se nas atuais cidades de Rio Negro e Mafra. Priscila Hening (2007) ao apresentar os bucovinos, na sua análise a partir da colônia estabelecida, detalha sobre a identidade deles:

[...] os bucovinos, em particular, tinham sua identidade especialmente fragmentada, pois migraram longas distâncias na Europa no espaço de poucas gerações - perdendo a proximidade com os ditos “alemães verdadeiros”, e assimilando características culturais das regiões pelas quais passaram (a Floresta Boêmia, na República Tcheca, e as atuais Romênia e Ucrânia). Assim o sentido de pertencimento se dava através do reconhecimento de seus pares, ou seja, as famílias que ao longo dos anos emigraram conjuntamente e estiveram na região da Bucovina por último, antes de emigrarem para o Brasil (Hening, 2007, p.15).

Com relação aos povos eslavos que imigraram para Mafra, muitos acabaram não se estabelecendo na localidade. Os imigrantes de origem polonesa e ucraniana acabaram migrando para os municípios de Itaiópolis e Papanduva, porém, uma parcela desses imigrantes permaneceu em Mafra, mas em menores números. A junção entre os grupos de imigrantes germânicos e eslavos acarretou um patrimônio arquitetônico híbrido. Néstor Canclini (2003) apresenta o hibridismo como processos socioculturais que são distintos e desenvolvidos separadamente e ao se combinarem geram novas práticas, ou seja, são misturas culturais que geram uma inovação social.

As características arquitetônicas que remetem aos bens da imigração em Mafra vão ser formados por elementos construtivos que remetem a grupos de imigrantes distintos, mas sem ser apenas vinculado a um tipo de imigrante, como ocorre em outras regiões de Santa Catarina.

Na cidade de Mafra, os bens arquitetônicos são em grande maioria construídos em madeira com a técnica de *tábua e mata - junta* “[...] eram construídas elevadas cerca de 1 metro do chão, composto de barrotes e vigas sobre os quais eram pregadas as vedações, sistema tábua e mata-junta, os assoalhos e forros” (Bernardi, 2019, p.23). Na cidade é comum a utilização da técnica na construção das casas onde foram mapeados 7 imóveis que utilizam da técnica tábua e mata-junta (figura 02).

Figura 2. Casa de madeira na comunidade São Lourenço.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Construída em madeira de Imbuia em meados do final do século XIX, a casa está inserida em uma pequena propriedade rural, mantendo características originais da época (figura 02). Nota-se que na varanda foi utilizado mãos-francesa que além de ser um adorno para a fachada “[...] também desempenha a função utilitária de sustentação” (Parol, 2022, p.118). O que torna a edificação característica da imigração germânica é o telhado que contém duas águas, e possui as extremidades chanfradas¹⁶.

No bairro Vila Nova, foi encontrada uma casa (figura 03) com a arquitetura semelhante a qual possui uma fachada simples, sem a presença de pintura nas paredes externas e o telhado chanfrado. O diferencial entre as duas edificações é que não contém varanda e as esquadrias da porta e janelas possuem pintura.

¹⁶ “Telhado com uma extremidade oblíqua que corta uma empena.” (Ching, 2010, p.250)

Figura 3. Casa de madeira e telhado chanfrado no bairro Vila Nova.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Era comum utilizarem na região telhas feitas de madeira que chamavam de tabuinhas: “Telhas de tabuinha, feitas de pinheiro da espécie *Araucária angustifolia*, foram muito comuns nos primeiros tempos, mas desapareceram com o passar dos anos pela substituição por telhas de barro” (IPHAN, 2011, p.72) Essa substituição das tabuinhas por telhas francesas foram comuns, sendo presente em todas as casas mapeadas durante a pesquisa.

Na Vila Ferroviária foi mapeado um imóvel de madeira que possui uma dimensão maior se comparada aos imóveis anteriores. A edificação da figura 4 contém traços parecidos com os apresentados anteriormente, principalmente na parte do telhado.

Figura 4. Casa de madeira com o telhado chanfrado no bairro Vila Ferroviária.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Figura 5. Fachada da casa com telhado chanfrado.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

A parte da cobertura da edificação tem duas águas com as extremidades chanfradas, porém o diferencial é a lucarna¹⁷ presente no telhado, que demonstra a presença do sótão no segundo pavimento da casa (figura 05). Nas casas dos imigrantes de origem europeia a estrutura da cumeeira alta e a disposição dos caibros tornam a parte superior das edificações habitadas, sendo possível a utilização do espaço chamado de sótão que servia como dormitório ou depósitos de grãos (IPHAN, 2011).

As edificações construídas pelos imigrantes possuem outras funções além de moradias, segundo o IPHAN (2011), a arquitetura dos imóveis da imigração são divididos em: comercial, industrial, religiosa, recreativa, educacional e institucional. No município de Mafra, possui um exemplo da arquitetura recreativa conhecido como Clube Zeppelin (figura 06) “esse clube iniciou suas atividades como Sociedade Protetora dos Operários - Arbeiter Kranken Unterst Verein - em 12 de setembro de 1897, nas dependências da antiga cervejaria do senhor Otto Bachmann, situada na

¹⁷ “Estrutura que se projeta de um telhado em vertente e que normalmente abriga um janela ou veneziana de ventilação verticais , também chamada trapeira” (Ching, 2010, p.251)

rua Itaiópolis, em Mafra” (Medeiros e Onirio Junior, 2024, p.227). Segundo Marina Medeiros e Onirio Junior (2024) o clube recebeu esse nome de Zeppelin devido a passagem do dirigível alemão na cidade de Mafra em 1936.

Figura 6. Salão do Clube Zeppelin localizado no Alto de Mafra.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

A construção do salão do clube teve sua idealização em 1927, onde foi concluída no ano de 1933, mantendo-se intacta até os dias atuais devido a utilização de madeira de lei na sua estrutura (Medeiros e Junior, 2024).

Outro estilo de construções de madeira encontradas no município, são os imóveis com o telhado com a cumeeira paralela à fachada principal (figura 7):

Este sistema de cobertura possui duas águas paralelas à fachada principal. Podem ter varandas ou não. As varandas geralmente seguem a largura da casa, ao longo de toda a extensão da fachada e, quando existem, provocam uma mudança de inclinação no telhado (Hening, 2007, p.128).

Figura 7. Casa de madeira localizada na comunidade rural Rio Preto.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Figura 8. Lateral da casa com a presença de lambrequins.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

A figura 8 apresenta uma residência da localidade de Rio Preto, área rural de Mafra. Segundo Priscila Hening (2007) o telhado com a cumeeira alta paralela à fachada principal que abrange a varanda e o telhado de duas águas é característico de casas de origem germânica. No imóvel é notável a presença de lambrequins nas extremidades do telhado. Núbia Parol (2022, p.120) ao analisar as casas de madeira de Curitiba aborda sobre a utilidade dos lambrequins nas construções dos imigrantes: “devido à inexistência de calhas para regular o fluxo da água pluvial, os lambrequins desempenhavam a função de pingadeira”.

Figura 9. Casa de madeira localizada no bairro Vila Nova



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Outra característica das casas são os guarda-corpos de madeira nas varandas (figura 09). Essa característica traz uma ornamentação para a fachada das residências, possuindo diversos entalhamentos de madeira. Segundo o IPHAN (2011, p.121) é comum a utilização de madeira na confecção dos guarda-corpos na região norte e nordeste catarinense “[...] formando diferentes desenhos e composições geométricas”.

Figura 10. Pintura ornamental das paredes internas da casa do Rio Preto



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Figura 11. Pinturas ornamentais na fachada da casa no bairro Vila Nova.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Outro tipo de ornamentação são as pinturas das paredes externas e internas retratando flores, formas geométricas e frutas (Figura 10 e figura 11), “É comum que se encontrem pinturas decorativas, usualmente confeccionadas em barras, nos compartimentos principais” (IPHAN, 2011., p.124).

Figura 12. Imóvel de madeira localizado no Centro de Mafra.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Figura 13. Lambrequins na lateral do imóvel.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Como foi apresentado anteriormente, algumas edificações históricas de Mafra passaram por adaptações devido ao avanço da modernidade da área central, tendo

algumas reconfigurações para o uso dos imóveis, muitas vezes utilizados para o comércio. Foram localizados dois imóveis de madeira no centro de Mafra que tiveram algumas mudanças em suas fachadas.

A figura 12 conta com uma edificação em madeira com a técnica tábua e mata-junta, o telhado de duas águas com telhas francesas e a utilização de lambrequins (figura 13). Percebe-se que a fachada do imóvel teve modificações com a inserção de uma porta mais moderna e a placa da loja que ocupa toda a estrutura da fachada. Atualmente, a edificação encontra-se fechada e com alguns sinais de degradação, principalmente dos lambrequins, devido a ação do tempo.

Outro imóvel que sofreu adaptações também está localizado na área central, onde atualmente funciona uma faculdade particular. É um imóvel de madeira, contendo uma adaptação da lateral onde foi construído uma porta e uma rampa de acesso, além da parede lateral ter sido rebocada, e instalado uma placa na fachada da casa (figura 14).

Figura 14. Imóvel de madeira onde funciona a faculdade Unisociesc.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Figura 15. Telhado do imóvel com a presença de lambrequins na lucarna.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Outra técnica de construção dos imóveis da imigração é a alvenaria com a utilização de argamassa e reboco, principalmente nas paredes externas das edificações. Segundo o IPHAN (2011, p.80) isso ocorre principalmente nas áreas de colonização alemãs e italianas pois “muitas construções em enxaimel ou alvenaria autoportante foram rebocadas como maneira de comprovar a ‘brasilidade’ de seus proprietários”, mas também pode ser associada a “tentativa de modernização ou de identificação com os modelos urbanos do pós-guerra” (figura 16).

Figura 16. Casa de alvenaria no bairro Vila Nova.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Na figura 16 a casa possui o telhado marcado pelas características da imigração com a cumeeira alta, de duas águas, e os lambrequins nas extremidades. Porém, as paredes externas são revestidas com reboco tendo a utilização da madeira apenas na varanda com as ornamentações externas como os lambrequins, o guarda-corpo, e os pilares com as mãos francesas.

Figura 17. Casa Fritz localizada no bairro Vila Ivete.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Figura 18. Fachada lateral da Casa Fritz.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

A Casa Fritz (figuras 17 e 18) é um exemplar em alvenaria que pertenceu à família Uhlmann, construída no ano de 1920 sendo doada ao município em 1983. Foi tombada como Patrimônio Histórico de Mafra através da Lei nº 1.207 do dia 7 de julho de 1982. O imóvel se diferencia em algumas características com relação aos outros bens analisados. Primeiramente, nota-se que o imóvel possui um apuro técnico na sua construção principalmente das paredes externas que contém mais ornamentação como as colunas da ordem jônica, o arco na sustentação da varanda e os balaústres¹⁸ de concreto no guarda-corpo. O telhado possui caimento de duas águas e a sua cumeeira elevada, porém as telhas são do estilo rabo-de-castor (Figura 19). “É comum, na área de imigrantes alemães, o uso de telhas cerâmicas planas, as Bieberschwanz Ziegeln, ou telhas rabo-de-castor” (IPHAN, 2011).

A presença da madeira na ornamentação externa está presente nos lambrequins, E no guarda-corpo da sacada. Os imóveis de alvenaria são encontrados, em sua maioria, na área urbana de Mafra, onde funcionam pontos comerciais e muitos acabam camuflando as características arquitetônicas da imigração entre as adaptações nas fachadas como a instalação de placas e toldos.

Figura 19. Telhas rabo-de-castor no telhado da Casa Fritz.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

¹⁸ “Cada um dos apoios de um corrimão dispostos a pouca distância entre si” (Ching, 2010, p.99)

Figura 20. Imóvel comercial de alvenaria localizado no Alto de Mafra.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Através do traçado construtivo foi possível identificar as características que marcam a tradição construtiva da imigração, principalmente na disposição do telhado. Os imóveis geralmente eram construídos para abrigar uma propriedade comercial e o pavimento superior utilizado como residência dos comerciantes (figura 20).

Figura 21. Imóvel comercial de alvenaria localizado na Avenida Severiano Maia.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Na figura 21 a fachada do imóvel possui elementos modernos como as portas e janelas modificadas e a presença de toldos devido ao uso comercial. Porém, ao observar a cobertura, nota-se a cumeeira alta e o caimento em duas águas, além da

presença de três lucarnas de uma água, características comuns nas tradições construtivas dos imigrantes.

Figura 22. Casa de alvenaria localizada no Centro de Mafra.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Na figura 22 notou-se um diferencial com relação aos outros imóveis de alvenaria, pois sua fachada contém apenas janelas e a disposição da porta está na lateral do imóvel. As fachadas dos imóveis de alvenaria geralmente não possuem muitos elementos decorativos, contam apenas com alguns detalhes em formas geométricas no friso da parede externa. Na área central de Mafra os imóveis eram utilizados com o intuito comercial, por isso, muitos possuem a fachada direta para a rua, diferenciando dos imóveis localizados nos bairros mapeados.

Figura 23. Imóvel de alvenaria com o telhado chanfrado no bairro Vila Ivete



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

As janelas e portas contam com esquadrias de madeira, e as venezianas em madeira para o lado interno do imóvel. Os estabelecimentos comerciais geralmente possuem porta de duas folhas.

Figura 24. Imóvel de alvenaria no bairro Vila Ivete.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Figura 25. Casa de alvenaria e telhado chanfrado no bairro Vila Nova.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Figura 26. Lateral da casa com o telhado chanfrado e lucarna.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

A edificação do Arquivo Público Municipal de Mafra possui características construtivas que remetem aos imigrantes (figura 27). O imóvel de alvenaria, construído em tijolo maciço, possui sua fachada rebocada e seu telhado com a cumeeira chanfrada nas extremidades. Atualmente o arquivo está em processo de degradação avançado, devido a ação do tempo e a falta de interesse público em preservar a edificação (figura 28).

Figura 27. Imóvel do Arquivo Público de Mafra.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Figura 28. Degradação da fachada do imóvel do Arquivo Público de Mafra.



Fonte: Fotografia da autora, 2025

Com relação ao material construtivo do patrimônio mafrense, ocorre a presença de imóveis de madeira, alvenaria ou ambos intercalados. O IPHAN notou que no município há um diferenciamento das construções: “São comuns, em toda a região, os edifícios que apresentam a fachada construída em alvenaria de tijolos e as demais paredes, externas e internas, em madeira, especialmente na cidade de Mafra” (IPHAN, 2011, p.87). Esse apontamento do órgão com relação a essa característica arquitetônica, indica uma singularidade com relação ao patrimônio do imigrante e a técnica empregada nos imóveis do município.

Figura 29. Imóvel comercial com a fachada de alvenaria e estrutura de madeira no Alto de Mafra.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Figura 30. Visão lateral do imóvel.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Em geral as fachadas dos imóveis são de alvenaria, utilizando tijolos maciços e contendo uma ornamentação simples sem a utilização de muitos elementos. As características empregadas se assemelham às de outros imóveis, como o sistema de tábuas e mata-junta na construção da estrutura, a utilização de telhas francesas, e os telhados com a cumeeira alta de duas águas (figuras 29 e 30).

Esses imóveis também vão possuir sótãos e contam com varandas geralmente aos fundos da propriedade, não estando presente na fachada das casas (figuras 31, 32 e 33).

Figura 31. Fachada do imóvel da fábrica de velas Binna.



Fonte: Fotografia de Rosiane Pscheidt Krachinski, 2025.

Figura 32. Visão lateral do imóvel da fábrica.



Fonte: Fotografia de Rosiane Pscheidt Krachinski, 2025.

Figura 33. Casa com a fachada de alvenaria e estrutura de madeira no Centro de Mafra.



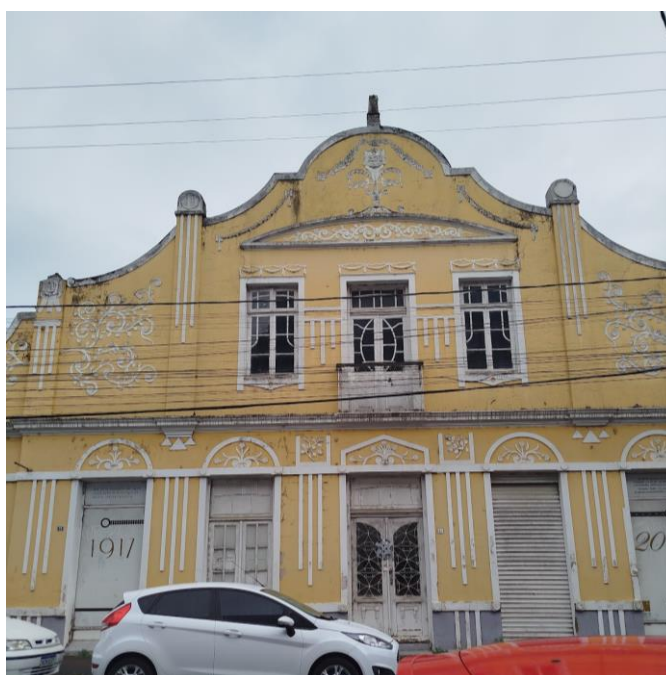
Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Figura 34. Edificação do antigo Hotel Excelsior.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Figura 35. Detalhes da fachada do antigo Hotel Excelsior.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

As figuras 34 e 35, retrata o antigo Hotel e Restaurante Excelsior construído na década de 1930. O local foi um ponto de referência na época para o município:

[...] hospedava ilustres visitantes, políticos, delegados, autoridades e novos moradores que vinham em busca de trabalho, além daqueles que passavam pela cidade. Era ponto de referência dos políticos da cidade que costumavam

se reunir no barzinho do mesmo para debaterem assuntos relacionados ao município e outros mais. (Medeiros e Junior, 2017, p.60)

Sua fachada possui ornamentos como flores em alto relevo e festão¹⁹ na parte superior da fachada, conta também com a inserção da datação do edifício. As janelas e portas do edifício sofreram alterações substituindo as antigas de madeira. Atualmente o edifício encontra-se fechado.

Outra característica que foi herdada pelos imigrantes são as igrejas ucranianas presentes nos municípios do planalto norte catarinense e no Paraná. Segundo Bosi (2015) as características construtivas das igrejas:

As igrejas eram construídas com troncos falquejados na estrutura (baldrames, fundação, telhados e estrutura da cúpula) e partidos ao meio chamados por eles de "pranchões" colocados uns sobre os outros, compondo as paredes. Essas paredes revestidas externa e internamente com tábuas no sentido vertical. A amarração da estrutura é realizada toda com encaixes, sem que haja a utilização de pregos e parafusos. As plantas construídas por módulos dependiam do tamanho dos troncos normalmente retangulares (nave, santuário ou nártex) ou então cruciformes. Os telhados e as cúpulas, eram revestidos por lascas de madeira (Bosi, 2015, p.37).

Figura 36. Igreja Ucraniana de Mafra.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

¹⁹ “Representação decorativa de uma fileira ou guirlanda de flores, folhagem, fitas ou outro elemento do gênero, suspensa em uma curva entre dois pontos” (Ching, 2010, p.210)

Em Mafra, foi localizado no bairro Vila Ferroviária a igreja Ucraniana Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (figuras 36 e 37). Construída pela comunidade ucraniana mafrense, a igreja foi fundada em 1975 substituindo a antiga capela, e teve sua construção com características que remetem aos povos eslavos, como a cúpula no telhado “as cúpulas são elementos relevantes, de muita expressividade, relacionando diretamente arquitetura e paisagens rurais com as terras de origem dos imigrantes eslavos radicados no Brasil” (IPHAN, 2007, p.142).

Figura 37. Altar da Igreja Ucraniana de Mafra.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

As primeiras igrejas ucranianas utilizavam da madeira para a construção delas, porém com a escassez de madeira e as novas técnicas empregadas para a construção, passaram a utilizar da alvenaria para a estrutura das igrejas. Na igreja de Mafra, nota-se que é utilizada a madeira na composição do forro.

As características do patrimônio arquitetônico dos imigrantes na cidade de Mafra possuem uma variedade de elementos devido ao convívio entre os povos que imigraram, onde as tradições construtivas sofreram influência das relações entre os imigrantes germânicos e eslavos. A maior parte dos imóveis analisados nesta pesquisa possuem a madeira para a constituição tanto da estrutura quanto para elementos decorativos das edificações, o que difere de outras regiões de Santa Catarina.

3.2 A legislação municipal de proteção patrimonial

Ao analisar a questão patrimonial da cidade de Mafra, notou-se que o município no ano de 2021 lançou a Lei nº 4. 550 de 03 de setembro de 2021 que tem como objetivo a preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico municipal. No artigo 1º da legislação aponta para a criação de um Sistema Cultural do município:

Art. 1º Fica criado o Sistema Municipal de Cultura do Município de Mafra, constituído pelo conjunto de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre o Poder Público e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (Prefeitura de Mafra, 2021)

No capítulo II da legislação aborda sobre o que entra em vigor nos processos de tombamento com relação ao patrimônio municipal:

Art. 5º O Patrimônio Cultural, Histórico e Artístico do Município de Mafra é constituído por bens móveis ou imóveis, de natureza material ou imaterial, tombados preferencialmente em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, tais como:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados à manifestações artístico-culturais;
- IV - as criações artísticas, tecnológicas, e científicas;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, inerentes às reminiscências da formação de nossa história cultural, dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (Prefeitura de Mafra, 2021).

Ao analisar o artigo 5º da legislação de proteção do patrimônio municipal, é notável que o desenvolvimento da lei foi baseada na constituição de 1988 que aborda o patrimônio cultural incluindo bens de natureza material e imaterial.

Com relação ao tombamento do patrimônio do município, o artigo 10 relata sobre como ocorre o processo, apontando que qualquer munícipe pode abrir um processo de tombamento:

Art. 10 Para inscrição em qualquer dos Livros do Tombo será instaurado o processo que se inicia por iniciativa:

- I - de qualquer pessoa física ou jurídica legalmente constituída, e diretamente interessada no tombamento;
- II - de entidades organizadas;
- III - da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;
- IV - por requerimento da Câmara de Vereadores de acordo com Regimento Interno daquela casa (Prefeitura de Mafra, 2021).

Outro ponto a ser destacado na legislação municipal é os processos de conservação dos bens tombados no artigo 21, capítulo V, onde afirma que cabe ao proprietário do bem tombado a preservação e conservação. Pela legislação o

município é responsável pela aprovação e análise dos bens tombados e realizar incentivos fiscais para a preservação dos bens.

Com relação aos bens da imigração presente em Mafra, apenas a Casa Fritz (Fig 17) vai ser tombada pelo município com uma legislação dos anos 1980, a Lei nº 4.550/21 não contemplou nenhum tombamento no município de bens históricos até o momento.

Apesar da inexistência de tombamentos pela Lei nº4.550/21 recentemente o município lançou a Lei nº 4.746/24 que institui um plano municipal de cultura que visa estratégias para a produção cultural no município incluindo a valorização do patrimônio cultural. No plano foram descritas algumas metas a serem realizadas no município, com o objetivo de preservação do patrimônio municipal:

Meta 4: Elaboração de inventário cultural dos bens materiais e imateriais:

Meta 5: Estabelecimento de parcerias público-privadas para inventário e tombamento, preservação, desenvolvimento e/ou resgate histórico do patrimônio cultural material e/ou imaterial do município de Mafra

Meta 6: Previsão de dispositivos legais para captação de recursos públicos e privados a serem alocados no Fundo Municipal de Cultura para a preservação do patrimônio cultural local.

Meta 7: Criação do Programa Municipal de Proteção e Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Natural, instituído por lei específica. (Prefeitura de Mafra, 2024)

Como a legislação é recente, os planos ainda estão sendo desenvolvidos pelo município. Durante o estudo de campo pela cidade, foi relatado a motivação de um grupo de civis que tiveram a ideia de montar uma equipe e mapear os imóveis de valor histórico no município, e com o mapeamento montar um inventário do patrimônio.

3.3 A relação dos mafrenses com o patrimônio edificado

O patrimônio arquitetônico da imigração na cidade de Mafra possui sua importância para a história do município pois retrata a herança deixada pelos imigrantes que auxiliaram na fundação da cidade. Com a análise etnográfica realizada na cidade de Mafra, foi possível observar como a sociedade mafrense se relaciona com o patrimônio existente.

Ao percorrer as ruas de Mafra e conversar com os moradores a respeito do patrimônio mafrense foi possível perceber dois pontos de vista com relação a preservação patrimonial dos bens arquitetônicos. Alguns moradores são contra o processo de tombamento e proteção, compactuando com a ideia de demolir para a construção de novos edifícios e assim garantir o desenvolvimento moderno da cidade. Por outro lado, tem pessoas que defendem a proteção do patrimônio pois acreditam

que a preservação dos imóveis ajuda a contar a história do município. Esses moradores se preocupam com o futuro dos bens devido ao avanço da especulação imobiliária que está demolindo diversos imóveis antigos na cidade. O caso mais recente que impactou os moradores foi a destruição de um imóvel localizado no Alto de Mafra (figuras 38 e 39).

Figura 38. Antiga casa da Família Ferreira.



Fonte: Livro Mafra 100 anos, 2017.

Figura 39. Terreno onde a casa foi demolida.



Fonte: Fotografia da autora, 2025.

Segundo Medeiros e Junior (2017) a casa pertenceu à família Ferreira, que eram responsáveis pelo matadouro municipal fornecendo carne para os dois municípios. Por muito tempo a propriedade permaneceu fechada e foi colocada à venda. No ano de 2024 após ser vendida, acabou sendo demolida para a construção de um novo imóvel.

Nas áreas rurais de Mafra, muitos exemplares acabaram sendo destruídos e foram substituídos por casas de alvenaria modernas. Porém, alguns ranchos, paióis, estufas e estábulos ainda são possíveis de encontrar nas propriedades rurais de Mafra.

Muitos imóveis antigos do município são pertencentes a algumas famílias que passam de geração para geração gerando um valor afetivo aos imóveis. As iniciativas de preservação e conservação, muitas vezes, são realizadas pelas famílias que garantiram a sobrevivência desses bens até os dias atuais, onde muitos arcam com os custos para possíveis restauros. Outra questão que foi observada são as iniciativas comunitárias para a preservação do patrimônio herdado dos imigrantes que buscam manter viva a herança dos seus antepassados.

O patrimônio da imigração presente na cidade, retrata um passado de Mafra despertando nos mafrenses um sentimento de pertencimento nas tradições construtivas empregadas nos antigos imóveis. Percebeu-se que essas edificações trazem recordações dos antigos imigrantes onde a sociedade mafrense sente-se representada devido à descendência dos imigrantes, além do sentimento de saudades onde o traço construtivo dos bens traz lembranças aos moradores de Mafra, principalmente dos mais antigos.

CONCLUSÃO

O patrimônio da imigração dentro das ações do IPHAN foi tardiamente valorizado, o que acarretou a destruição de diversos imóveis relacionados aos imigrantes. As pesquisas do CNRC e a criação do Projeto Roteiros Nacionais garantiram que muitos bens arquitetônicos fossem preservados na região de Santa Catarina, porém é evidente que Rio Grande do Sul e Paraná não tiveram tantos bens tombados em esfera federal, fazendo com que muitas das iniciativas sejam tomadas pelos governos estaduais e municipais.

Foi observado na pesquisa que ainda há uma visibilidade maior nos bens voltados aos imigrantes alemães e italianos onde o estilo enxaimel e as casas de pedra ganham mais atenção do IPHAN. Com isso, outros grupos de imigrantes não são contemplados pelo órgão ou contém pequenos números de bens tombados, como é o caso dos poloneses.

Com relação ao estado de Santa Catarina, houve uma iniciativa de criar uma lei de proteção para o patrimônio cultural do estado catarinense e a organização de uma instituição responsável pelos tombamentos, a FCC. Em nível estadual, com relação ao patrimônio edificado da imigração, há diversos bens tombados em percentual maior onde se formou as principais colônias: Blumenau, Joinville e São Bento do Sul. Com a análise dos tombamentos pela FCC, notou-se que muito se igualou às iniciativas do IPHAN na preservação dos bens ligados aos italianos e alemães, ou seja, não valorizando bens vinculados a outras identidades culturais.

Com relação ao patrimônio da imigração no município de Mafra, foi observado que muitos encontram-se em propriedades familiares de antigos moradores. Porém na área central alguns imóveis foram desconfigurados, ou possuem algumas modificações perdendo suas características originais. Devido ao aumento da especulação imobiliária, imóveis no Centro e Alto de Mafra estão sendo vendidos e demolidos para a construção de prédios comerciais.

O patrimônio da imigração em Mafra possui algumas singularidades apontadas pelo IPHAN, como as casas de madeira onde as fachadas são de alvenaria, porém muitos exemplares estão sendo destruídos no município devido à falta de valorização por não conter um apuro técnico e por não se enquadrar na ideia de monumentalidade que ainda estão muito vinculado no senso comum. Porém, analisando a legislação mafrense, nota-se o interesse em preservar o patrimônio

municipal por meio da realização de mapeamento desses imóveis pela prefeitura e sociedade civil como uma estratégia para preservá-los, garantindo, assim, a integridade patrimonial.

Mesmo com essas pequenas iniciativas realizadas pelo poder público em relação ao patrimônio do imigrante, ainda há muito trabalho a ser realizado para valorização do patrimônio da imigração na cidade de Mafra. Observou-se, em uma parcela da população, a vontade de preservar, entretanto, é necessário ações relacionadas à educação patrimonial para discutir como tais edificações contribuem para a memória e história dos descendentes de imigrantes na cidade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Martha. Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONGIJO, Rebeca (orgs.) **Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.351-370.

_____. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cécile; DOBEDEI, Vera (org.). **Memória e Novos patrimônios**. Nouvelle édition. Marseille: OpenEdition Press, 2015, p. 67-93.

AQUINO, Vanessa Barrozo Teixeira; GREFF, Natália Reichert; LEÃO, Vanessa Astigarraga. Ações de salvaguarda da cultura polonesa em Porto Alegre/RS: primeiras aproximações. IN: GOMES, Ana Lúcia de Abreu [et al]. **Anais do 4º SEBRAMUS**. Seminário Brasileiro de Museologia: democracia: desafios para a universidade e para a museologia. UNB - Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2019, p. 707 – 723.

BALAGUER, Otávio. **Práticas colaborativas de curadoria e gestão de acervos no Museu da Imigração: uma reflexão sobre sociomuseologia e universidade**. Cadernos de Sociomuseologia, v. 66, n.22, 5-16. 2023.

BATISTA, Fábio Domingos. **A tecnologia Construtiva em Madeira na Região de Curitiba: da Casa Tradicional à Contemporânea**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós - Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFSC: Florianópolis, 2007.

BERNARDI, Lucas Renan Broglio. **Análise comparativa entre os sistemas construtivos em madeira - tábuas e mata-junta e wood frame - em relação ao desenho de estrutura e resistência a esforços**. Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia Civil. UTFPR, Toledo, 2019.

BOSI, Ana Carolina. **Características da Madeira nas construções do Paraná**. Faculdade Assis Gurgacz: Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Cascavel, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto de 25 de novembro de 1808**. Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil. Palacio do Rio de Janeiro, 1808.

_____. **Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 30 nov. 1937.

_____. **Decreto-Lei n. 3.551, de 04 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 04 ago. 2000.

BUBA, Nathan Marcos; PAULA, Aaron Fernando de. **O preço de uma “Alemanha sem passaporte”**: as medidas contra os Xokleng/Laklãnõ no interior catarinense (1836-1912). Revista Santa Catarina em História – Florianópolis – UFSC – Brasil ISSN 1984-3968, v.10, n.2, 2016.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Santa Catarina: história e evolução**. Série 5ª - Brasileira - vol.80. Bibliotheca Pedagogica Brasileira. São Paulo, 1937.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. São Paulo, Edusp, 2003.

CAROLA, Carlos Renato. **Natureza admirada, natureza devastada**: história e historiografia da colonização de Santa Catarina. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 26, no 44: p.547-572, jul/dez 2010.

CENTENARIO DA COLONISAÇÃO ALLEMÃ: **Rio Negro e Mafra, 1829 - 1929**. Curitiba: Editora Olivero, 1929. p. 150. Biblioteca Pública de Rio Negro – PR.

CHING, Francis D. K. **Dicionário Visual de Arquitetura**. 2ª ed - São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2017.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

DALLABRIDA, Norberto. **Trentinos e Italianos na periferia da colônia Blumenau**. RIHGRGS, Porto Alegre, n. 167, p. 341 - 363, 2024.

D'ALMEIDA, Raul. **História de Rio Negro**. Estado do Paraná. Rio Negro, 1976.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**: 1850. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Martins; EDUSP, 1941.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil**: 1816 - 1831. São Paulo: Melhoramentos. 1971.

DEQUECH, Damião. **Revista Comemorativa do cinquentenário do município de Mafra**. Santa Catarina – Brasil, 1967.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus/Pinacoteca do Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. **Terra, Trabalho e Indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850 - 1920**. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2019.

_____. **Sistema de parceria e mercado de trabalho na colônia Dona Francisca: novas evidências sobre a colonização europeia no sul do Brasil na transição da escravidão, 1851 – 1876**. Artigo de Pesquisa: Estud. Econ., São Paulo, vol.54 n.1, p.97-134, jan.-mar. 2024.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. **Patrimônio**: Discutindo alguns conceitos. In: **Diálogos** - Revista do Departamento de História do Programa de Pós-graduação em História; vol. 10, n° 3, p. 79-88. Universidade Estadual de Maringá, 2006.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

FELCZAK, Valéria. **A exploração da erva-mate: um viés histórico** - ambiental sobre o Vale do Rio Negro. Monografia (Bacharelado em História) – UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de história. Florianópolis, 2018.

FILHO, Alcides Goularti. **A estrada da Mata e a integração regional pelo interior do Brasil meridional**. Textos de Economia, Florianópolis, v.15, n.2, p.111-138, jul./dez.2012.

FOOHS, Maria da Glória; PINTO, Divinamir de Oliveira; PORTES, Marli Uhlmann. **175 anos da imigração alemã para Rio Negro: os pioneiros do Paraná**. Mafra/SC: Editora Nosde, 2007.

FRAGA, Nilson Cesar; BLUM, Gustavo Glodes; SOUZA, Paulo Henrique de. **Território fragmentados pós-Guerra do Contestado: uma análise do desenvolvimento local/regional nas cidades gêmeas de Mafra (SC) e Rio Negro (PR)**. III congresso internacional de política social e serviço social: desafios contemporâneos IV seminário nacional de território e gestão de políticas sociais III congresso de direito à cidade e justiça ambiental. Londrina PR, de 02 a 05 de julho de 2019.

FRANZEN, Douglas Orestes; REICHERT, Barbara; KAUFMANN, Carine; OTT, Jaine. **As igrejas de Porto Novo: simbologia da arquitetura enxaimel e a valorização do patrimônio teuto-brasileiro**. Revista Infinity, vol. 7, 2022. Disponível em: <https://revistas.uceff.edu.br/infinity/article/view/3/66> Acesso em: 07 de Mar. de 2025.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA (FCC). **Tombamentos Estaduais:** Santa Catarina. Florianópolis: Governo do Estado, 2022.

GEHRKE, Cristiano. **Imagens e cotidiano de imigrantes alemães, franceses, italianos e seus descendentes na Serra dos Tapes/RS:** descrição e interpretação dos acervos fotográficos do Museu da Imigração Pomerana, Museu da Colônia Maciel e Museu da Colônia Francesa. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GEVEHR, Daniel Luciano; MEYERER, Marlise Regina; NEUMANN, Rosane Marcia. **Ambiências, expografias e seus objetos:** a imigração alemã no sul do Brasil a partir das narrativas museológicas. *História: Debates e Tendências*, v. n. 2, jul./dez. 2016, p. 408-425.

_____. **Operações de memória e identidade étnica:** a musealização da imigração alemã no Rio Grande do Sul. *Diálogos Latinoamericanos*, núm. 25, dezembro, 2016, pp. 195-212.

GIOVANNI, Eduardo Nogueira. **Pau pra toda obra:** O uso da madeira na arquitetura catarinense. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da cidade do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. UFSC: Florianópolis, 2008.

GODOY, Arilda S. **Pesquisa qualitativa:** tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, vol. 35, no. 3, p. 20–29, Jun. 1995.

GONÇALVES, Janice. **Em busca do patrimônio catarinense:** tombamentos estaduais em Santa Catarina. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo*, julho 2011.

_____. **Patrimônio contestado:** impugnações de tombamentos estaduais em Santa Catarina. *XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal - RN. 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

GONÇALVES, Paulo Cesar. **Marcadores de Braços:** riquezas e acumulações na organização da emigração europeia para o novo mundo. USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Tese (doutorado) Programa de Pós-graduação em História Econômica, Departamento de História. São Paulo, 2008.

GONSALVES, E.P. **Iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Alínea, 2001.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo; ISSBERNER, Gina Esther. **O memorial de imigração polonesa em Curitiba:** dinâmicas culturais e interesses políticos no âmbito memorialista. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.25. n.1. p. 427-455. jan.-abril 2017.

HEMOTECNA DIGITAL CATARINENSE. **Jornal A PÁTRIA**: Órgão do Partido Republicano Catharinense – Mafrá (1918). Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Cidades2/Mafra.html> Acesso em: 18 de Mar de 2025.

HENNING, Priscila. **Memória, preservação e autenticidade**: a colônia alemã bucovina no Paraná. Dissertação de Mestrado, USP - Faculdade de Arquitetura e . São Paulo, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasil: 500 anos de povoamento. **Portal IBGE**, 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-total-periodos-anuais.html> . Acesso em: 4 out. 2024.

_____. Cidades e Estados: Mafrá. **Portal IBGE**, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/mafra.html> Acesso em: 15 de mar de 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Monumentos e espaços públicos tombados - Antônio Prado (RS). In: **Portal IPHAN**, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1676>

Acesso em: 27 de fev. de 2025.

_____. Monumentos e Espaços Públicos Tombados - Novo Hamburgo (RS). In: **Portal IPHAN**, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1678/>

Acesso em: 27 de fev. de 2025.

_____. **O Patrimônio Cultural da Imigração em Santa Catarina**. Brasília, DF: IPHAN, 2011.

_____. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil**: uma trajetória. Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº31. Brasília: Distrito Federal, 1980.

_____. Patrimônio Cultural e Natural. In: **Portal IPHAN**, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29> Acesso em: 05 set 2024.

_____. **Portaria nº127, de 30 de Abril de 2009**. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Brasília: Distrito Federal, 03 abr. 2009.

_____. **Mestres Artífices: Santa Catarina**. – Brasília, DF: Iphan, 2012.

_____. **Roteiros Nacionais de Imigração**: Dossiê de Tombamento. v. I e II. Florianópolis: IPHAN, 2007.

_____. Santa Tereza (RS). In: **Portal IPHAN**, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/395/> Acesso em: 05 de Mar. de 2025.

_____. Termo de Cooperação Técnica para implementação do projeto Roteiros Nacionais de Imigração. In: **Portal IPHAN**, 2007. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Termo%20de%20Coopera%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 05 de Mar. de 2025.

_____. Novo Hamburgo (RS). In: **Portal IPHAN**, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1639/> Acesso em: 06 de Mar de 2025.

KLUG, João. **Consciência Germânica e Luteranismo na comunidade alemã de Florianópolis**. (1868 - 1938). Dissertação (mestrado em história) - UFSC: Florianópolis, 1991.

MACHADO, Diego Finder. **Um lugar para recordar a imigração no sul do Brasil: debates políticos e intelectuais na criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização em Joinville / SC (1949 - 1957)**. São Paulo: UNESP, v.15, n. 2, p.99 - 128, julho - dezembro de 2019.

MACHADO, Elaine Cristina; CORREA, André Rosa da Costa. **O Museu Nacional da Imigração e Colonização de Joinville: etnização e exclusão - o caso da erva mate**. Revista Santa Catarina em História, Florianópolis – UFSC, v.8, n.1, 2014. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/628> Acesso em: 12 ago. 2024.

PREFEITURA DE MAFRA. **Lei nº 4. 550 de 30 de setembro de 2021**. Dispõe sobre o sistema municipal de cultura, a preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico do município de mafra, cria o conselho municipal de políticas culturais, institui o fundo municipal de cultura de mafra, e dá outras providências. Mafra SC 2021. Disponível em: https://mafra.sc.gov.br/uploads/sites/372/2023/07/2238229_LO_45502021_COM_PPAM.pdf Acesso em: 20 de mar de 2025.

_____. **Lei nº 4.746 de 06 de dezembro de 2024**. Aprova e institui o plano municipal de cultura de Mafra – PMCM e dá outras providências. Mafra: SC, 2024.

_____. **Lei nº 1.207 do dia 7 de julho de 1982**. Autoriza o tombamento histórico de edifício. Mafra: SC, 1982.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **A Inspetoria dos Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934 - 1937)**. ANAIS DO MUSEU PAULISTA São Paulo, Nova Série, vol. 25, nº3, p. 233-290, setembro-dezembro 2017.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Educação Patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. Curitiba: InterSaberes, 1ª ed, 2016.

MARTINS, Marina Cañas; WEISSHEIMER, Maria Regina. **Chancela da Paisagem Cultural: avanços e retrocessos em contextos institucionais mutantes**. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 22, p. 13-30, jan-jun 2023.

MARTINS, Mariana Esteves. **Museu da Imigração como Espaço de Discussão e Práticas de Direitos**. Revista Eletrônica Ventilando Acervos, Florianópolis, v. 4, 1, p. 83-91, dez. 2016.

MEDEIROS, Emerson Augusto; VARELA, Sarah Bezerra Luna; NUNES, João Batista Carvalho. **Abordagem Qualitativa:** estudo na Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (2004 – 2014). HOLOS, [S.l.], v. 2, p. 174-189, ago. 2017.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2000.

MEDEIROS, Marina; JUNIOR, Onírio Jorge Medeiros. **Mafra 100 anos.** 2017.

_____. **Memória & Sentimentos:** fragmentos da história dos municípios de Rio Negro/ PR e Mafra/ SC. 2024.

MESQUITA, Sergio Luiz Monteiro. **A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira (1883 - 1891).** Dissertação (mestrado) - UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro, 2000.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural:** Uma revisão de premissas. Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, I, 2009, Ouro Preto: IPHAN, v. 1, p.25-39, 2009.

MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC). **Superintendência do Iphan em Santa Catarina.** In: Portal gov.br, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/iphane/pt-br/superintendencias/santa-catarina> Acesso em: 05 de mar de 2025.

OLIVEIRA, Pedro Alves de. **Ucranianos na Europa e no Brasil:** uma história camponesa. Dissertação (mestrado). Programa de pós-graduação em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Passo Fundo: UPF, 2008.

PAIVA, Odair da Cruz. **Museus e Memória da Imigração:** embates entre o passado e o presente. Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP - Campinas, setembro, pág. 1 - 15, 2012.

_____. **Imigração patrimônio cultural e turismo no Brasil.** Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.23. n.2. p. 211-237. jul.- dez. 2015.

PAROL, Núbia. **Curitiba das tábuas verticais e mata-juntas:** as casas tradicionais de madeira na primeira metade do século XX. Revista de Arquitetura IMED, Passo Fundo, vol. 11, n. 2, p. 106-125, julho-dezembro, 2022.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade (1824 – 1930).** 2ª Ed., São Paulo, Brasiliense, 1982.

PEREIRA, Eráclito; COSTA, Luiza L. Bressan da. **Museu ao ar livre Princesa Isabel: Patrimônio de Orleans - SC.** Uma Leitura da unidade casa do colono a partir de pressupostos da teoria do imaginário. In: **Memória e Patrimônio Cultural na Sociedade Contemporânea:** diálogos interdisciplinares. Fundo Municipal de Cultura Santo Ângelo - RS. Editora CEEINTER, Santo Ângelo, 2021.

PIAZZA, Walter Fernando; HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina:** história da gente. 3ª edição - Florianópolis: Editora Lunardelli, 1989.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. da UFSC. Ed. Lunardelli, 1983.

PISTORELLO, Daniela. **Disputas e tensões no Projeto Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina**. Revista Confluências Culturais. In: Patrimônio cultural, disputas e tensões no campo cultural e museal. v.7, n.1.2017.

_____. Iphan e Fundação Catarinense de Cultura: políticas para o patrimônio cultural do imigrante europeu em Santa Catarina na década de 1980. Estudos de cultura material/dossiê. In: **Democracia, patrimônio e direitos: a década de 1980 em perspectiva**. Anais do Museu Paulista. São Paulo: vol. 28, p. 1-27, 2020.

_____. **“O Brasil da Diversidade?”: Patrimônio e Paisagem Cultural no Projeto Roteiros Nacionais de Imigração**. Tese (doutorado) UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Campinas, SP, 2015.

PELLIN, Luana; CAMARA, Inara Pagnussat. **Preservação da Arquitetura Italiana e Alemã na região sul do Brasil**. Anais do Seminário Internacional de Arquitetura e Urbanismo, v.1, 2021.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **Museus da imigração e seus acervos: um campo para o estudo da História**. 2008.

REDE ESPECULA. **Leia a Seguir alguns dos textos legais que tratam do patrimônio cultural em Santa Catarina**. UDESC: Florianópolis, 2017.

RENK, Valquiria Elita; MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. **Por uma história da escola primária no contexto de imigração: experiências de escolarização entre imigrantes eslavos peninsulares itálicos no Paraná**. Revista Brasileira de História da Educação. v.20, 2020.

RIEGL, Alois. **O culto Moderno aos monumentos**. Cotia: Ateliê Editorial, 2014.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN). **Antônio Prado**. Boletim nº 44. Fundação Nacional pró-memória. Rio de Janeiro, novembro – dezembro, 1988.

_____. **Inauguração 30 de agosto: Museu ao ar livre de Orleans**. Boletim nº7. Fundação Nacional pró-memória. Brasília, julho - agosto, 1980.

_____. **No sul, um projeto para resgatar a memória da imigração italiana**. Boletim nº 29. Fundação Nacional pró-memória. Rio de Janeiro. Março- abril, 1984.

_____. **Santa Catarina valoriza patrimônio deixado por imigrantes**. Boletim nº 39. Fundação Nacional pró-memória. Rio de Janeiro, janeiro- fevereiro, 1988.

_____. **Santa Catarina: SPHAN restaura fortalezas, marco histórico-cultural da região**. Boletim nº26, Fundação Nacional pró-memória. Rio de Janeiro, Setembro - Outubro, 1983.

_____. **São Nicolau, Viamão, São Miguel: A presença da SPHAN no sul do Brasil.** Fundação pró-memória, Boletim n° 5, março – abril, 1980.

SAPORETTI, Carolina Martins. **A gestão de Renato Soeiro na direção da DPHAN** (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (1967-1979). 2017. 134 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

SCHÜRHAUS, Moacir. **A Colônia São Pedro de Alcântara (SC): suas origens.** Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil, v.1, n.2, 2007.

SEYFERTH, Giralda. **Imigrantes, estrangeiros:** a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Mesa redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. Porto Seguro, Brasil, 01 a 04 de junho de 2008.

_____. **Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade.** UFRRJ: Estudos Sociedade e Agricultura, v.7, nº2. 2013.

_____. **Condição Camponesa, migração e mobilidade social no contexto da colonização estrangeira em Santa Catarina.** Cadernos Ceru, v. 23, n. 2,. 2013.

_____. **Memória coletiva, identidade e colonização:** representações da diferença cultural no Sul do Brasil. MÉTIS: história & cultura – v. 11, n. 22, p. 13-39, jul./dez. 2012.

SOPHIA, Daniela Carvalho. **As políticas de preservação do patrimônio na arena federal sob a gestão de Renato Soeiro** (1967 - 1979). In: Museologia e Patrimônio. Organização Marcus Granato. -- Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015.

SOCOLOSKI, Thaimon da Silva; CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Cultura e território da imigração polonesa no município de Áurea/RS.** Sociedade & Natureza. Uberlândia: v.32, p.196-209. 2020.

SIKORA, Mafalda Ales. **As Políticas de Imigração no Brasil nos séculos XIX e XX e o Desenvolvimento de Territórios:** Estudo de Caso da Colônia Dom Pedro II - Campo Largo - Paraná. Dissertação (mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Curitiba, 2014.

VEIGA, Maurício Biscaia. **Arquitetura neo-xaimel em Santa Catarina:** a invenção de uma arquitetura típica. Revista Confluências Culturais, v. 3 n. 1, 2014. Disponível em: <https://univille.emnuvens.com.br/RCC/article/view/501> Acesso em: 17 de Mar. de 2025.

VICTOR, Leticia Suárez. **Imigração Musealizada:** a formação das coleções dos museus de imigração de São Paulo e de Paris. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Interunidades em Museologia - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo - São Paulo, 2019.

VIEIRA, Sílvia Bittencourt Spricigo. **Panorama da Implantação Urbana e Arquitetônica das Colônias de Imigração Italiana em Santa Catarina.** Dissertação

de Mestrado, UFSC - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós - Graduação Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, 2008.

WEISSHEIMER, Maria Regina. **A paisagem cultural e os Roteiros Nacionais de Imigração**. In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural; desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto, Minas Gerais, 2009.

WEISSHEIMER, Maria Regina; BIAZIN, Cristiane Galhardo; FILHO, Dalmo Vieira; KANAN, Maria Isabel. **Conservação Preventiva de imóveis antigos em núcleos históricos**. Florianópolis: IPHAN, 2020.

ZANI, Antonio Carlos. **Arquitetura em Madeira**. livro eletrônico – Londrina: Eduel, 2013.